ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Relações Leste-Oeste: Estratégias para o Século XXI

A riddle, wrapped in a mystery, inside an enigma (Winston Churchill)

Joaquim Gustavo Santos Rodrigues

ASPIRANTE A OFICIAL, PILOTO-AVIADOR, 138535-G

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador

Júri

Presidente: Major-General Paulo José Reis Mateus

Orientador: Professora Doutora Maria Francisca Saraiva

Coorientador: Tenente-Coronel Luís Manuel Pinto de Almeida da Rocha

Vogal: Professora Doutora Ana Isabel Xavier

Sintra, maio de 2018

(Página intencionalmente deixada em branco)

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Relações Leste-Oeste: Estratégias para o Século XXI

A riddle, wrapped in a mystery, inside an enigma (Winston Churchill)

Joaquim Gustavo Santos Rodrigues

ASPIRANTE A OFICIAL, PILOTO-AVIADOR, 138535-G

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador

Júri

Presidente: Major-General Paulo José Reis Mateus

Orientador: Professora Doutora Maria Francisca Saraiva

Coorientador: Tenente-Coronel Luís Manuel Pinto de Almeida da Rocha

Vogal: Professora Doutora Ana Isabel Xavier

ISBM:

Sintra, maio de 2018

(Página intencionalmente deixada em branco)

Esta dissertação foi elaborada com finalidade meramente académica, durante a frequência do curso de Mestrado em Aeronáutica Militar, na Especialidade Piloto Aviador, cumulativamente com a atividade escolar normal. As opiniões do autor, expressas com total liberdade académica, reportam-se ao período em que foram escritas não representando a doutrina sustentada pela Academia da Força Aérea.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Agradecimentos

Agradeço, muito especialmente, à minha orientadora, Professora Doutora Maria Francisca Saraiva, pela disponibilidade manifestada para orientar a presente dissertação. Pela dedicação e constante orientação e partilha de saber e pelas valiosas contribuições para a elaboração do trabalho, o meu mais profundo agradecimento.

Ao Tenente-Coronel Luis Rocha, coorientador deste trabalho, agradeço pela constante disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas, pela revisão crítica do texto, pelos proveitosos comentários, opiniões e sugestões.

Aos Jokers, que me acompanharam neste percurso do curso de Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador, por terem estado presentes sempre que necessário, pelos bons momentos passados, pela amizade e camaradagem, obrigado.

Aos professores da AFA, bem como a todos os funcionários da Academia com quem me encontrei ao longo destes cinco anos, pelo apoio e camaradagem demonstrados, gostaria de lhes deixar uma palavra de apreço.

Agradeço a todos os meus amigos de longa data, pelo estímulo recebido ao longo destes anos.

Aos meus avós e tia, o meu profundo agradecimento pelo apoio inestimável que sempre me deram. Por constituírem um dos pilares da minha vida, o meu eterno obrigado.

À minha namorada, Cláudia, agradeço por ter caminhado ao meu lado, pela confiança e pela valorização do meu trabalho.

Por último, aos meus pais e irmã. Por me ajudarem a chegar até aqui, por acreditarem em mim sem reservas, por nunca se terem poupado a esforços no que toca à minha educação e formação, pelos bons conselhos, pela confiança que sempre depositaram em mim, pelos valores que me transmitiram, enfim, por me terem proporcionado ser tudo o que sou hoje, o meu sentido e profundo reconhecimento.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Resumo

A importância da Federação Russa no novo quadro geopolítico internacional e o caráter multivetorial da sua política, constituem, no âmbito da teoria das Relações Internacionais, da Ciência Política e da Geoestratégia, um objeto de estudo basilar.

Assim, foi realizado um estudo seguindo uma abordagem qualitativa, usando-se o estudo correlacional de forma a sustentar ideias, tendo por base o Construtivismo, enquanto teoria das Relações Internacionais.

Primeiramente analisou-se a perceção da Rússia em relação à política externa da Europa e, num segundo momento, repetimos o processo no sentido inverso, procurando perceber que avaliação faz a Europa da política externa russa e o modo como estes dois atores interagem em diversos aspetos da política europeia e internacional. Neste contexto, revelou-se fulcral compreender a identidade Russa no que diz respeito à definição e evolução da sua política externa e, por outro lado, perceber de que forma está a Europa dependente do poder energético russo. Da mesma forma, tentou-se perceber a relação especial que a Alemanha, enquanto estado europeu, mantém com a Federação Russa e até que ponto a relação conturbada entre a Rússia e a OTAN pode perturbar o equilíbrio europeu e internacional. Tendo em conta a influência que atores internacionais, como a Rússia, a Europa e os EUA têm no equilíbrio estratégico do Médio Oriente, procurou-se, ainda, perceber o atual conflito sírio. Neste estudo, tenta-se também compreender a mais recente aproximação russa à Ásia, região que tem vindo a assumir-se, no quadro internacional, como local de extrema importância.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Política Externa; Geoestratégia; Segurança; Rússia.

Abstract

The importance of the Russian Federation in the new international geopolitical landscape, and the multi-vectorial character of its policy constitute, within the scope of theory for International Relations, Political Science and Geo-strategy, a fundamental object of study.

So, a study was done through a qualitative approach, using a correlated study to support ideas, with Constructivism as the basis as theory of International Relations.

Firstly, Russia's perception in relation to Europe's foreign policy, and in a second moment, we repeated the process in the opposite direction, seeking to understand what Europe's evaluation of Russian foreign policy is, and the way these two players interact in several aspects of European and international policy. In this context, it was essential to understand Russia's identity as it pertains the definition and evolution of its foreign policy, and on the other hand understand how Europe is dependant of Russia's energy power. In the same way, we attempted to understand the special relationship that Germany, as a European state, maintains with the Russian federation, and to what extent the tumultuous relationship between Russia and NATO might disturb the European and international balance. Taking into account the influence that international players such as Russia, Europe and the USA have in the Middle East's strategic balance, we sought to also understand the current Syrian conflict. In this study, we also try to understand the most recent Russian rapprochement towards Asia, a region that has been asserting itself as of the utmost importance in the international landscape.

Key words: International Relations; Foreign Policy; Geostrategy; Security; Russia.

Índice

1. Introdução 1

1.1. Contextualização Histórica 9

2. Enquadramento metodológico 15

2.1. Metodologia 15

2.2. Formulação de hipóteses 19

3. Visão Russa das Posições Europeias 23

3.1. Pensamentos Chave da Estratégia Russa 23

3.2. Rússia vs. OTAN 29

3.3. Ucrânia 33

3.3. Questão Energética - Gasodutos 41

4. Visão Europeia das posições Russas 47

4.1. Relação bilateral Alemanha-Rússia 47

4.2. Segurança 53

4.3. Questão Síria 61

4.4. Aproximação Russa à Ásia 67

5. Possibilidades e Limites das Relações Leste-Oeste 75

6. Conclusão 83

7. Referências Bibliográficas 89

(Página intencionalmente deixada em branco)

Lista de figuras

Figura 1- Importação de gás da UE.....45

Figura 2- Importação de Petróleo da UE.....45

(Página intencionalmente deixada em branco)

Lista de acrónimos

CEE	*Central Eastern Europe*
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CFE	*Conventional Forces in Europe*
CIM	Complexo Industrial Militar
CPEFR	Conceito da Política Externa da Federação Russa
EDNFR	Estratégia de Defesa Nacional da Federação Russa
EEC	Espaço Económico Comum
EUA	Estados Unidos da América
EUS	Ex-União Soviética
MOE	*Market Observatory for Energy*
NATO	*North Atlantic Treaty Organisation*
NRC	Nato-Russia Council
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PE	Política Externa
QG	Quartel-General
WEC	*World Energy Council*
RI	Relações Internacionais
SCO	*Shanghai Cooperation Organisation*
TSC	Tratado de Segurança Coletiva
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

(Página intencionalmente deixada em branco)

1. Introdução

O presente projeto de dissertação de mestrado, realizado no âmbito da área de investigação de Relações Internacionais (RI), constitui um trabalho académico decorrente da frequência do Curso de Mestrado em Aeronáutica Militar, mais especificamente na especialidade de Piloto-Aviador, lecionado na Academia da Força Aérea.

Alusivo à temática das RI, torna-se importante materializar o conceito desta área de Investigação com o propósito de melhor contextualizar o estudo projetado. Na tentativa de concetualizar as RI, verifica-se uma diversidade alargada de aproximações. Por conseguinte, uma das perspetivas é a de que as RI são uma disciplina que trata das relações interestaduais. No entanto, esta perspetiva é posta em causa por outros investigadores, dado que estes entendem esta posição como não sendo adequada uma vez que as relações que vão além das fronteiras entre os Estados não estão incluídas.

Nesse sentido, Adriano Moreira afirma que "por isso alguns sugerem que a definição restritiva seja referida às relações entre os povos que afetam o poder soberano dos Estados" (2002, p. 38), sendo, por outro lado, assimilada à "disciplina que estuda os fatores e atividades que afetam a política exterior e o poder das unidades básicas" (Hoffmann apud Moreira, 2002, p.38), figurando o Estado como exemplo de uma unidade básica. Podemos então definir RI, como "disciplina que estuda os fatores e a política exterior e o poder das unidades básicas, por exemplo, estados e grandes espaços." (Moreira, Teoria das Relações Internacionais, 2002). Deste modo, é possível afirmar que como atores das Relações Internacionais surgem: os Estados-nação, os grupos internacionais e organizações do Estado, os grupos transnacionais e organizações não estatais, os grupos subnacionais e os indivíduos (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003).

Na realidade, atualmente, as relações surgem cada vez mais complexas. Isto porque, se por um lado existem inúmeras diferenças entre os distintos

atores, por outro, temos assistido à sua multiplicação. Segundo Adriano Moreira, as RI apresentam-se como o "conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estaduais, somando-se as relações diretas entre entidades formalmente dependentes de poderes políticos autónomos" (2002, p. 38), sendo possível, cada vez mais, observar atores fora do âmbito dos poderes políticos com capacidade de influência sobre as questões internacionais. Na operacionalização concetual, Adriano Moreira considera a existência de inúmeros agentes internacionais.

Em primeiro lugar é apresentado o Estado, sendo este possuidor do poder. As organizações compostas pelos Estados, as organizações internacionais, são também apresentadas como agentes internacionais, organizações essas, não possuidoras de poder político, nem obedecendo tão-pouco a um poder político superior. No caso das organizações internacionais devem ser necessariamente tidas em conta as organizações não-governamentais, afirmadas na sociedade civil.

Os poderes erráticos, não menos importantes, e uma preocupação extremamente atual, são, da mesma forma, considerados atores internacionais, assumindo especial pertinência na constante oposição aos Estados, poderes esses "que se multiplicam e usam todas as capacidades de um Estado sem possuir nenhuma das suas características" (Moreira, 2013). Surgem, ainda, à parte dos poderes políticos, as instituições religiosas, com um peso acrescido nas RI, movendo enormes massas pelo mundo inteiro, independentemente das ideologias. Por último, mas não menos importante, devem ser considerados os indivíduos, que separadamente e por razões alheias, assumem um papel relevante e com preponderância internacional.

É, então, possível afirmar, com base no que foi anteriormente referido, que a disciplina de RI procura estabelecer uma base de consenso entre todos os elementos, tentando integrá-los da melhor forma, com o objetivo de os conjugar da melhor maneira possível. Ou seja, "discipline of IR, is, like Medicine, a general discipline, composed of a variety of related questions,

which form a sort of intellectual division of labour, in the general pursuit of international political health" (Mckeil, 2013).

Desta forma, nasce a necessidade de análise a todas as áreas que envolvem as RI, já que existe uma variedade de questões subjacentes à interação entre os agentes internacionais, incrementada pela falta de organização no entendimento internacional. Por este motivo, é possível afirmar que as RI são dotadas de interdisciplinaridade, uma vez que "As relações internacionais começam por estudar as entidades básicas para depois examinar as conexões" (Moreira, 2002, p. 40).

A diversidade de assuntos residentes no campo das RI juntamente com o seu caráter interdisciplinar, representando esta área um campo de estudo extremamente vasto naquilo a que se designa de Ciências Sociais, torna-se fundamental e necessário abordar a temática usando como suporte uma série de conhecimentos mais profundos adquiridos através de outras áreas. Assim sendo, a consolidação das bases para os novos especialistas requer noções variadas, tais como de História, Sociologia, Economia, Geografia, Estratégia, Direito Internacional, Política, entre outras. Desta forma, segundo Adriano Moreira, "a definição gradual do seu objeto específico leva progressivamente ao arrumo tradicional das especialidades convergentes entre as disciplinas nucleares e disciplinas auxiliares" (ibidem).

Estes fundamentos estão incluídos nas propostas de René Coste para a definição das RI citadas por Adriano Moreira, que considera, "1) as relações internacionais são as que decorrem entre poderes ou autoridades que não reconhecem outros superiores, ou por cima das fronteiras territoriais entre grupos e indivíduos formalmente subordinados àqueles poderes ou autoridades; 2) como ramo do saber, organiza uma série de técnicas e métodos agregados com perspetiva multidisciplinar com o fim de elaborar hipóteses, e identificar os temas, classificar os objetivos axiológicos, definir as alternativas possíveis da evolução, julgar da equação entre as alternativas e os objetivos identificados; 3) as relações internacionais podem descrever-se em termos de formação de decisões por indivíduos situados numa

circunstância social concreta” (ibidem).

O estudo e aplicação das RI teve, efetivamente, um grande avanço durante o séc. XX, tudo isto fomentado através da complexidade acrescida das relações e da sua constante mutação. Devemos ter em conta que este século foi fortemente marcado por grandes desentendimentos e conflitos armados, dos quais se destacam duas guerras a nível mundial. Após o segundo grande conflito, a II Guerra Mundial, a essência das RI alterou-se unicamente nos principais intervenientes, passando a ter essencialmente dois, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tentando cada um deles assegurar o domínio à escala global, fomentando uma guerra de quase meio século, a “guerra fria”.

Tendo em conta a dimensão global da disciplina de RI, torna-se, então, fundamental um outro conceito. O processo histórico a que se denominou de “globalização” derivou, também, em grande medida do colapso do bloco socialista e o consequente fim da Guerra Fria. Poder-se-á, assim, dizer que se trata de um fenómeno do modelo económico capitalista, que se caracteriza pela integração económica, social, cultural e política a nível mundial (Santos, 2015).

“A Federação Russa, enquanto ator integrante do processo de descompartimentação gerado pela globalização, constituir-se-á igualmente como agente e vítima, isto é, ela própria agindo como impulsionador dessa mudança, mas sem que, no entanto, possua controlo e imunidade quanto aos seus efeitos” (Fânzeres, 2014, p. 11). Com um passado histórico repleto de crises, o império russo demonstrou sempre uma capacidade invulgar para inverter o trajeto de manifesto colapso. Com o final da Guerra Fria e o desmembramento da URSS, a Rússia experimenta um novo revés e regressa no plano geográfico às suas fronteiras originais, geopoliticamente vulneráveis.

Na Rússia pós-soviética, mais do que nunca a geopolítica regressa em força. Assim, e após novo colapso provocado por aquele desmembramento,

poder-se-á estar em presença de uma nova fase de renascimento russo, porém não nos moldes históricos e de génese imperial, não se afigurando assim viável a reconstituição física da ex-URSS, mas sim revestindo-se de um carácter essencialmente geopolítico e geoeconómico, dada a emergência de novos e poderosos atores externos e as interdependências entretanto criadas no/pelo sistema internacional, profundamente limitadoras e mesmo cerceadoras da consecução de uma vontade nacional exclusivamente autónoma (ibidem).

Uma nova particularidade emerge neste fim de ciclo, a profunda rapidez com que essa inversão se efetivou. Parece inegável o facto de em apenas vinte anos a Federação inverter de forma clara o trajeto vertiginosamente descendente com que se defrontou durante os anos 90, demonstrando novamente um grau de resiliência fora do comum (ibidem).

"Constituindo a Federação Russa uma poderosa "força periférica" europeia, e a Europa um espaço geopolítico que a Federação não integra política, económica e militarmente, embora com ele possua profundos e variados laços, é inevitável o exercício de influência mútua entre ambos, sendo assim natural admitir, em simultâneo ou não, ambas as tipologias nesse quadro relacional – cooperação e/ou competição (ibidem, p. 82)."

"A integração na União Europeia e na NATO da quase generalidade dos países da Europa Central e de Leste, anteriormente integrantes da órbita soviética e, entretanto, projetados para um vácuo de poder após a implosão da URSS, reorientou naturalmente toda a sua geopolítica e geoeconomia para o espaço europeu, afastando-se assim a região, progressiva e significativamente, da influência russa. Esta evolução teve como consequências imediatas e visíveis o enfraquecimento da capacidade de influência política, económica, militar, cultural e até linguística da Federação nesses países, considerando esta ter sido minada pela política da União Europeia para a região e impeditiva ou obstaculizante do seu relacionamento com a mesma (ibidem, p. 84)."

Mas, por outro lado, embora a reunificação da Europa tenha constituído um passo fundamental para o seu crescimento económico sustentado, de

modo a concorrer com outras grandes economias como a China e os EUA, a União Europeia tem ainda pela frente um longo percurso no que respeita à sua política comum.

A saída do Reino Unido da União Europeia veio reacender a discussão em torno desta fragilidade em termos políticos. A moeda única foi, na opinião de muitos, o motor para que a União Europeia já funcionasse a duas velocidades, no entanto, há quem defenda que a necessidade atual de aprofundamento do projeto europeu possa levar a duas velocidades de integração, centrando-se a principal no Centro da Europa, e deixando para trás os países do Norte, do Sul e do Leste.

Uma Europa fragilizada e dividida, em grande medida por efeito do Brexit, levará a um possível enfraquecimento da OTAN e, consequentemente, ao reforço do papel da Rússia na Europa, nomeadamente, intensificando a sua influência sobre os países da antiga Cortina de Ferro. Por outro lado, desde o fim da Guerra Fria, em 1991, que não assistíamos a um período em que o relacionamento entre a Rússia e os EUA tenha estado tão instável. Apesar da existência de um inimigo comum, o terrorismo, que é urgente combater, a relação OTAN/Rússia tem vindo a ser, cada vez mais, marcada por incertezas e desconfianças, com avanços e recuos que em nada contribuem para uma aproximação mais consistente e eficaz entre ambos.

Como foi anteriormente referido, o estudo sobre uma região em concreto necessita de um aprofundamento do conhecimento numa variadíssima gama de assuntos. Assim sendo, será analisada a esfera de influência da geopolítica russa na comunidade Europeia/Euroamericana bem como as consequências que daí poderão advir e as possíveis estratégias a adotar pela comunidade Europeia/Euroamericana para impedir o avanço da influência russa. Para isso torna-se fulcral investigar diferentes áreas do conhecimento, sendo que neste caso terão principal foco as componentes: geopolítica, militar, histórica, económica, energética e diplomática.

A palavra geopolítica não é uma simples contração de geografia política, mas sim algo que diz respeito às disputas de poder no espaço mundial e que, como a noção de poder já o diz, não é exclusivo da geografia. Segundo Bertha Becker, a geopolítica sempre se caracterizou através da existência de pressões de vários tipos, intervenções a nível internacional, desde guerras a conquistas de territórios. Se, inicialmente, nessas ações, o agente principal era o Estado, uma vez que era entendido como única fonte de poder e única representação política, hoje em dia, a geopolítica atua essencialmente no âmbito da capacidade de exercer influência na tomada de decisão dos Estados em matérias como o uso do território (Becker, 2005).

Deste modo, o estudo da evolução da geopolítica russa no último século revela ser de extrema importância de modo a aferir a existência ou não de um padrão. Assim, torna-se possível perceber de que modo tudo se tende a desenrolar permitindo perspetivar modelos de futuro extremamente úteis para o estudo em questão.

"The main goal of Russia's regional policy is securing control of geopolitically significant territories. The high expense of such a policy makes it unsustainable during a period of economic retrenchment." (Zubarevich, 2015)

Existem duas prioridades básicas no que diz respeito às políticas de qualquer país. A primeira está associada ao estímulo do desenvolvimento, apostando em regiões onde existem vantagens competitivas especificas (posições geograficamente favoráveis, recursos naturais procurados no mercado mundial, mão de obra abundante, etc.). Nestas regiões, as vantagens tornam possível um desenvolvimento mais rápido, sendo este exponenciado quando o governo cria políticas que estimulam o investimento, diminuindo os custos associados. No entanto, disto resultam grandes desequilíbrios regionais internos, desequilíbrios, esses, que acarretam vários custos.

A segunda prioridade prende-se com a necessidade de atenuar estes desequilíbrios, mitigando as diferenças regionais, por forma a providenciar um

acesso equitativo das populações aos mesmos recursos. Quando os recursos são limitados, as prioridades - “estimular” e “nivelar” - competem entre si, tornando o conflito “igualdade vs. eficiência” inevitável. Desta forma, cada país, à sua maneira, procura da melhor forma o equilíbrio entre políticas de estimulação do desenvolvimento e políticas que promovam a atenuação dos desequilíbrios.

Surge então associado a estas duas prioridades uma terceira: a geopolítica. A geopolítica é uma das prioridades das políticas de um país, uma vez que só através dela se torna possível preservar a integridade nacional e controlar os territórios estrategicamente mais importantes para o país. Podemos então considerar que, apesar de a geopolítica ter surgido como uma prioridade no século XIX, continua a desempenhar um papel determinante enquanto ferramenta política, em especial na Rússia, apresentando-se como um assunto de elevada importância a ser estudado neste projeto. (Zubarevich, 2015)

Desta forma, pretende-se, com a elaboração deste trabalho, avaliar melhor a esfera de influência da geopolítica Russa no mundo ocidental, aferindo o seu impacto, a forma como este pode ser atenuado/contrariado e, mais especificamente, que posição ou medidas devem ser adotadas pela União Europeia relativamente a este tema. Centrado na região geopolítica da Federação Russa e Leste Europeu e no seu potencial como catalisadora de conflitos, pretende-se fazer uma análise crítica da esfera de intervenção da comunidade internacional, em especial, europeia, nessa mesma região.

Nesse sentido e considerando o contexto desta dissertação, surgem os seguintes objetivos propostos por forma a responder com sucesso à questão:

- Enquadrar historicamente a evolução da URSS para uma Federação Russa;

- Identificação do relacionamento da Rússia com a sua “vizinhança próxima”;

- Análise da orientação da política energética e da sua influência na política externa;

- Perceção do impacto destas políticas a nível social, económico e militar no plano europeu;

1.1. Contextualização Histórica

Sendo o âmbito da presente dissertação, as relações entre a Federação Russa e o Ocidente, ou melhor, os Estados europeus, torna-se imperativa a realização de uma contextualização histórica, realçando pontos fulcrais destas relações que desde 1945 se intensificaram.

Finda a II Guerra Mundial, em 1945, é assinada a Carta das Nações Unidas. Se por um lado este documento veio acabar com o isolamento dos EUA, por outro, para a Europa, veio enterrar um passado infeliz criando uma "nova associação de países anteriormente rivais" (Kaplan, 1999).

Observou-se, então, uma tentativa, através de meios constitucionais, de proliferação dos pensamentos comunistas a oeste da, já existente, "Cortina de Ferro", mantida nas Europa Central e Oriental pela União Soviética (URSS). Esta expressão é usada para designar uma linha imaginária que dividia a Europa Ocidental da Europa Oriental. Essa divisão destaca-se, sobretudo, pelo domínio que a antiga União Soviética detinha sobre os países do Leste da Europa. Todos os países que ficaram sob esse domínio eram fortemente influenciados e sujeitos ao severo controlo político e económico soviético. A expressão foi utilizada pela primeira vez por Churchill, enquanto metáfora sobre a influência soviética na região e a separação económica existente entre o Leste europeu e a Europa capitalista. No entanto, a metáfora torna-se realidade com a construção de muros militarmente protegidos pelos soviéticos, sendo o Muro de Berlim o mais conhecido.

Em junho de 1948, a União Soviética decide bloquear o lado oriental de Berlim, perpetuando um clima de altas tensões designado, posteriormente, de Guerra Fria. Este bloqueio soviético dá, ainda, origem à ponte aérea ocidental. Tal como Kaplan afirma, “o bloqueio e a subsequente ponte aérea chamaram a atenção americana para um pacto de segurança que tinha sido delineado pelos britânicos numa reunião secreta no Pentágono em março de 1948” (Kaplan, 1999). É então que, aliando a escalada de tensões ao clima de desconfiança entre o Bloco de Leste e o Ocidente e à necessidade de estabelecer garantias, psicologicamente fulcrais para a saúde política e económica da Europa Ocidental, é assinado, em Washington DC a 4 de abril de 1949, o Tratado do Atlântico Norte. Este tratado acaba com um nível de pensamento Europeu, convertendo-o num pensamento Atlântico.

Assinado o tratado e quando se pensava que o mesmo, por si só, representaria um elemento dissuasor de todas e quaisquer ambições soviéticas, dá-se, em junho de 1950, a invasão da Coreia do Sul por parte da Coreia do Norte com o apoio da União Soviética. Podemos, então, assumir que este evento teve um papel preponderante naquilo que é a OTAN, enquanto estrutura militar que conhecemos hoje: “Receando que a Guerra da Coreia fosse o prelúdio dum ataque soviético contra a Alemanha Ocidental, os dirigentes da OTAN fizeram da Aliança uma organização militar com uma estrutura de comando integrada e criaram comandos supremos aliados para a Europa e para o Atlântico.” (Kaplan, 1999). Assim, é criado em 1951, o Quartel Supremo-General das Potências Aliadas na Europa (SHAPE).

Após uma década dedicada, essencialmente, à discussão e definição de políticas com vista ao incremento e consolidação da coesão interna, a tensão entre os dois blocos volta a subir, quando, em 1957, a URSS realiza, com sucesso, o lançamento do primeiro satélite em órbitra terrestre. Este feito levou ao questionamento do empenho americano, que perante este êxito soviético seria também vulnerável, em caso de conflito, à utilização de mísseis balísticos. No entanto, e apesar de nesse mesmo ano se ter observado uma diminuição de tensões, é possível afirmar que a construção efetiva do muro de Berlim, no ano de 1961, por parte das tropas da Alemanha Oriental, se deveu em grande

medida ao clima gerado aquando do sucesso russo. Além da separação física de Berlim é de realçar a instalação soviética de mísseis ofensivos em Cuba, facto este que segundo (Kaplan, 1999) esteve "perto de desencadear um conflito mundial". No entanto, como seria de esperar, os EUA, também como forma de restabelecer a confiança no seio da OTAN, instalaram em Inglaterra, Itália e Turquia mísseis nucleares de médio alcance.

Apesar dos anos 60 se apresentarem na história como sendo um dos períodos, efetivamente, tensos, surge, no início dos anos 70, uma melhoria nas relações Leste-Oeste. Com receio de uma diminuição da contribuição por parte dos EUA, à data envolvidos em conflitos no Vietname, a Europa aproveita a sua consolidação económica para articular a sua emancipação do controlo americano. Desta forma, iniciam-se, em 1973, as negociações sobre a redução mútua e equilibrada de forças - nunca concluídas - e assina-se, em 1975, a Acta Final de Helsínquia, sendo reconhecidos os direitos do Homem, bem como as fronteiras existentes na Europa, tanto por parte dos soviéticos, como por parte da Europa.

O fim da Cortina de Ferro acabaria por se verificar em 1991, após a queda do Muro de Berlim e do governo comunista da URSS. Este acontecimento histórico marcou a união de uma Europa que se manteve separada durante quase três décadas, evoluindo, posteriormente, para União Europeia que derivou, precisamente, de uma série de transformações ocorridas no seio da Europa em consequência do fim do bloco soviético.

Com o fim da Guerra Fria, e com ela a desagregação da URSS, as relações entre a Federação Russa, representante máximo e principal herdeiro do poder do antigo império soviético, e a OTAN, alto representante dos interesses do bloco ocidental liderado pelos EUA, continuaram a representar um mecanismo de especial importância no que diz respeito à regulação e manutenção da segurança no velho continente.

Tal percebe-se porque, como afirma Averre "*The withdrawal of former Soviet forces from Central and Eastern Europe (CEE), the conclusion of arms*

control arrangements – in particular the Treaty on Conventional Forces in Europe (CFE) treaty, CFE – 1A agreement and Open Skies treaty - verbal agreements on non-deployment of tactical nuclear weapons, cooperative threat reduction programmes and establishment of confidence and security building measures were designed to end the period of confrontation and usher in a new era of security cooperation while preserving, at least in formal terms, a balance of military power (AVERRE, 2009, p. 89)", representando, estas ações, uma prova do papel ativo e preponderante destes atores, chave na região, para o estabelecimento de políticas e desempenhos fundamentais, no que diz respeito à manutenção da estabilidade na região.

No entanto, não é possível considerar o período pós-Guerra Fria como sendo um período de relações pacíficas entre os dois agentes internacionais, sendo, por esse motivo, imperativo destacar os vários marcos históricos que foram atingidos até o presente. Tal como Julianne Smith classifica "[…] in 1997, the NATO alliance and the Russia Federation turned history on its head and founded a forum for regular consultation on security issues" (Smith, 2008, p. 1). Apesar do ambiente cooperativo estar, inicialmente, presente nestas relações, este não se prolongou por muito tempo. O facto de a OTAN decidir intervir militarmente no conflito do Kosovo, contrariando o entendimento de Moscovo relativamente à situação, fez abalar, de forma significativa, os avanços alcançados anteriormente, deteriorando os laços que se tinham criado até então.

Se a situação, criada pelo bloco ocidental, era já delicada, mais se agravou quando juntamente com os EUA, se decidiu transferir, no contexto da organização do Atlântico Norte, o seu Quartel-general (QG) situado na Alemanha para o norte da Polónia, ação esta que teria sido acordada com o bloco de Leste e que não viria a acontecer, contribuindo para uma escalada de tensões alarmante. Em jeito de resposta, o então Ministro da Defesa russo Igor Sergeev, advertiu que "such a move could lead to a military confrontation" (Smith, 2008, p. 4).

Seguiu-se, então, um período de congelamento no que diz respeito às

relações bilaterais, anteriormente estabelecidas. No entanto, o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 surge como um momento determinante e reconciliador, alterando, uma vez mais, o rumo das políticas, capaz de promover de novo a cooperação. Assim sendo, Putin encontra um momento favorável da Rússia para reencaminhar as orientações políticas para os EUA e para a OTAN, tendo, por isso, oferecido assistência às forças da aliança, através da disponibilização das bases da Ásia Central para o combate ao terrorismo. É, então, possível afirmar que com esta inversão de política por parte da Federação Russa, o Kremlin procurou alcançar fundamentalmente três objetivos, tal como Julianne Smitha afirma (2008, p. 5): o primeiro, traduz-se na angariação de um novo aliado no combate ao terrorismo internacional, uma ameaça, cada vez mais clara, para a segurança nacional e internacional; o segundo, constitui a tentativa de aproximação ao Ocidente; o terceiro, reside na procura de uma justificação para as operações militares na Chechénia, altamente criticadas pelos membros da Aliança Atlântica até à data.

Após cinco anos desde que foi feito o último avanço no relacionamento entre os dois atores, e numa tentativa de o oficializar, é criado, em maio de 2002, o Conselho OTAN-Rússia (NRC), tendo sida assinada a Declaração de Roma. O Conselho referido baseia-se em princípios de reconhecimento da igualdade da Federação Russa com os outros membros, e a aposta numa variedade maior de assuntos conjuntos (Smith, 2008, p. 7). Ainda assim, a cooperação não é vista como tendo resultados práticos positivos derivando da manutenção da posição da OTAN relativamente à segurança nas áreas partilhadas com a Rússia. Nesse campo, as principais razões prendem-se com a segunda vaga de alargamento da aliança, a Guerra no Iraque e a instalação dos sistemas de mísseis em alguns países que pertenceram ao Pacto de Varsóvia.

“Durante certo tempo a Rússia saiu do cenário global, mas agora retornou com mais força, desejosa de consolidar a sua posição nas áreas vizinhas, recuperar um pouco do antigo protagonismo mundial e equilibrar o que vê como uma humilhação do Ocidente”. (Marcus, 2016)

(Página intencionalmente deixada em branco)

2. Enquadramento metodológico

2.1. Metodologia

Tendo em atenção a importância da Federação Russa no novo quadro geopolítico internacional e o caráter multivetorial da sua política, torna-se relevante o tema deste trabalho e a respetiva pergunta de partida: **De que forma o escalar de tensões entre a Rússia e os países da OTAN afeta a segurança europeia?**

Para responder a esta pergunta, a metodologia de investigação desempenha um papel fundamental e orientador no processo de elaboração de um trabalho de investigação. Segundo Sampieri, podemos considerar a investigação como sendo "um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados no estudo de um fenômeno" (2013, p. 30). Surge, então, a necessidade de determinar uma metodologia de investigação, uma vez que se torna imperativa a utilização de métodos e práticas efetivamente eficientes, impostas tanto pelo objeto de estudo como pelas hipóteses. O facto de esta ser uma investigação com um elevado grau de complexidade impõe um planeamento cuidadoso e bem delineado. No caso da presente dissertação, inserida no âmbito das RI, optou-se pela abordagem qualitativa.

Ao contrário do estudo quantitativo que "utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias" (Sampieri, 2013, p. 30), tendo por base uma sequência rigorosa em que o ponto de partida consta na elaboração de perguntas de partida e hipóteses claras e definitivas, a abordagem qualitativa "utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação" (Sampieri, 2013, p. 33) tornando possível o desenvolvimento das perguntas e das hipóteses durante todo o processo de elaboração do trabalho. No estudo qualitativo não existe nem se impõe uma sequência específica, dando-se, assim, liberdade ao investigador consoante a investigação que executa, seguindo os passos em função da conveniência de cada etapa. Surge então

uma dificuldade acrescida, resultante da tentativa de elaboração de um modelo exclusivo tendo em conta a complexidade e a flexibilidade que a abordagem qualitativa confere.

O objetivo do modelo qualitativo é caracterizado também pela abrangência alargada no que toca a análise de informação, não tendo por princípio a sua delimitação. Tal como referido anteriormente, este modelo tem como função examinar o mundo social, passando seguidamente para a conceção da teoria em si. Nesse sentido, Sampieri afirma que "as pesquisas qualitativas se baseiam mais em uma lógica e em um processo indutivo" (2013, p. 33), onde são apresentados fundamentos de uma perspetiva interpretativa, fazendo-se o estudo da aceção das ações dos atores (as pessoas e as suas instituições).

Na conclusão da dissertação será feita a apresentação da resposta à pergunta de partida, sendo esta definida através da corroboração ou refutação das hipóteses. Na base do resultado da investigação, estará um estudo extensivo elaborado ao longo do tempo e que será apresentado neste trabalho sob a forma de teoria e conceitos, juntamente com as relações entre os mesmos. O tipo de estudo aqui identificado é o estudo correlacional. "Este tipo de estudos tem como finalidade conhecer a relação ou o grau de associação existente entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis em um contexto específico" (Sampieri, 2013, p. 103). Na abordagem qualitativa, usa-se o estudo correlacional com o objetivo de sustentar ideias recorrendo sistematicamente a fundamentos teóricos e ao conhecimento factual adquirido durante a fase de pesquisa. Sampieri estabelece o emprego do modelo de estudo correlacional, como útil, aquando da tentativa de perceção do comportamento de determinada variável ou conceito, fazendo, para isso, uma análise de outras variáveis a nível comportamental. Assim, a confirmação do relacionamento entre as variáveis permitirá corroborar as hipóteses colocadas no trabalho de investigação, sendo que a ausência de elos de ligação levará à refutação das mesmas.

Consideramos, então, que serão as fontes primárias o principal meio de recolha de informação, mais especificamente, documentos do Instituto de Defesa Nacional e outros centros de investigação que se dedicam ao estudo destas matérias, e também outros documentos oficiais do governo russo e de organizações internacionais europeias, como a EU e OTAN. O uso de literatura, de autores conceituados, referentes aos assuntos a abordar permitirá reunir e assimilar os conhecimentos necessários para a conclusão do trabalho de investigação. Tendo em conta o tipo de bibliografia disponível, na busca pelas conclusões, será utilizado o processo dedutivo. Este é, essencialmente, um processo em que se recorre a estudos, investigações e dados já existentes com o objetivo de explicar um certo fenómeno. O processo indutivo será, por isso, utilizado, tanto quanto possível, na etapa da verificação das hipóteses, exigindo uma adaptação do raciocínio.

Não obstante todas as posições, e quanto ao modelo a equacionar para uma determinada pesquisa, Sampieri, defende que a escolha da perspetiva metodológica a usar é um passo que se deve dar só após o conhecimento, por parte do investigador, do campo e do ambiente que caracterizam o objeto de estudo (2013, p. 41). Em função dos pontos propostos e os conceitos definidos, irá ser determinada a orientação da política dos blocos Leste-Oeste mediante um processo ou de uma visão conclusiva.

A realização da dissertação terá, ainda, por base, o Construtivismo Social, enquanto teoria das RI. Esta teoria, que surgiu nos anos 80 do século XX, é sem dúvida uma aproximação extremamente importante na análise dos fenómenos internacionais, especialmente nas RI americanas, mas também na Europa, onde a tradição sociológica é mais antiga.

Durante a Guerra Fria, existia uma clara fonte de poder, sendo esta dividida por dois blocos: o bloco liderado pelos Estados Unidos e o bloco liderado pela União Soviética. Com o término da Guerra Fria e a consequente dissolução da URSS, o panorama internacional tornou-se bastante mais livre e fluído. Desta forma, rapidamente se veio, claramente, a constatar que a teoria

neorealista não se apresentava como suficiente, tendo em conta os futuros desenvolvimentos no que diz respeito à nova distribuição de poderes. Por outro lado, o foco do Construtivismo Social está na consciência humana e no seu lugar relativamente às relações no mundo. Então, se por um lado, a maior parte das teorias de relações internacionais, tal como o neorealismo, são essencialmente materialistas, focando-se principalmente na distribuição material de poder, forças militares e capacidades económicas, definindo o balanceamento de poder entre Estados e, desta forma, explicando o comportamento destes, por outro, a teoria Construtivista rejeita este lado tão materialista enfatizando o poder das ideias.

Assim, o Construtivismo defende que o aspeto mais importante das RI é o social e não o material. Defende, ainda, que esta realidade social não se apresenta como sendo objetiva, externa, aos observadores das relações internacionais. Desta forma, o mundo político e social não se pode considerar como uma entidade física ou material existente fora da consciência humana e, por este motivo, o estudo das RI deve ter como principal preocupação as crenças e ideais que informam os atores internacionais do que se passa no cenário global.

Segundo Wendt, "*Social structures have three elements: shared knowledge, material resources, and practices. First, social structures are defined, in part, by shared understandings, expectations, or knowledge. These constitute the actors in a situation and the nature of their relationships, whether cooperative or conflictual. A security dilemma, for example, is a social structure composed of intersubjective understandings in which states are so distrustful that they make worst-case assumptions about each other's intentions, and as a result define their interests in self-help terms. A security community is a different social structure, one composed of shared knowledge in which states trust one another to resolve disputes without war. This dependence of social structure on ideas is the sense in which constructivism has an idealist (or 'idea-ist') view of structure."* (Wendt apud Jackson & Sorensen, 2006, p.165)

Esta teoria permite duas coisas. Por um lado, explorar os fatores não materiais que enformam a relação de cooperação/competição entre a Europa e a Rússia, muito para além dos aspetos puramente materiais que passam pela comparação do poder militar e económico de cada um destes atores. Por outro lado, uma das suas variantes mais interessantes representada por autores como Peter Katzenstein e Alastair Johnston, por exemplo, nos seus estudos sobre segurança nacional, enfatizam o papel da cultura, normas e identidade (Jackson e Sorensen, 2007). As estruturas normativas internas são, portanto, um aspeto fundamental da análise das interações entre os países europeus e a Rússia.

2.2. Formulação de hipóteses

As hipóteses apresentam-se como sendo elementos fundamentais de uma certa teoria não demonstrada, mas que é provável e com o intuito de ser provada através de meios correspondentes. Assim sendo, podemos assumir que "um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses" (Quivy, 2008, p. 119). Por outro lado, o Professor Sousa Lara defende que "a sua fixação e discussão constitui, sem dúvida, um progresso no sentido da verdade, embora estejamos, muitas das vezes, apenas no patamar da intuição com algum fundamento" (2004, p. 105). Diz, ainda, que o caráter de rigor e ordem torna-se uma certeza na realização de uma investigação, apenas e só, se a realização desta implicar que as hipóteses estejam sempre no centro do campo de ação. Tem uma importância considerável por ser "alicerçada numa reflexão teórica e num conhecimento preparatório do fenómeno estudado (fase exploratória)," deste modo, representando "como que uma pressuposição, que não é gratuita, sobre o comportamento dos objetos reais estudados" (Quivy, 2008, p. 119).

Segundo Sampieri, existem cinco características que uma hipótese deve possuir a fim de se tornar uma hipótese digna de ser considerada. Nessa circunstância, podemos considerar como primeira característica, a necessidade de que as hipóteses têm de ser determinadas em função de um quadro

situacional realista, ou seja, têm de conter a possibilidade de serem validadas no contexto em que se inserem. Sendo que, “algumas vezes, na mesma hipótese esta realidade se torna explícita […] e, outras vezes, a realidade é definida pelas explicações que acompanham a hipótese” (Sampieri, 2013, p. 116). Devemos ter, neste caso, especial atenção à satisfação com a tarefa que acarreta consequências diretas na produtividade do trabalho.

Por outro lado, a clareza e a impossibilidade de gerar margem para dúvidas, surgem como segunda característica neste conjunto de cinco propriedades fundamentais. Com o objetivo de justificar esta segunda característica, Sampieri reconhece que as hipóteses “devem ser compreensíveis, precisas e o mais concretas possíveis” (2013, p. 117). É, ainda, necessária a existência de um elevado grau de exatidão e inteligibilidade. A terceira propriedade consiste na necessidade de existir uma correlação distinta, plausível e transparente, das variáveis, tendo como finalidade a atribuição da coerência exigida às hipóteses. Enquanto quarto requisito necessário para validar uma hipótese, Sampieri alega que “Os termos ou variáveis da hipótese devem ser observáveis e mensuráveis, assim como a relação proposta entre eles, ou seja, ter referentes a realidade” (2013, p. 117). Assim, os termos deverão possibilitar uma análise e observação realísticas, tornando possível extrair as elações necessárias, não devendo conter aspetos morais. Sampieri refere, como última característica, a metodologia escolhida para a verificação das hipóteses. Segundo o mesmo autor, “temos de analisar se existem técnicas ou ferramentas de pesquisa” (ibidem) que viabilizem a verificação das hipóteses numa perspetiva de poderem ou não ser desenvolvidas, e se estão ao nível do investigador.

Neste contexto, não podemos considerar as hipóteses como efetivas conclusões, mas sim previsões, que refletem o desenvolvimento da fase da exploração. Podemos, deste modo, classificar as hipóteses como primárias, e estas, por sua vez, poderão ter algumas derivadas. Estas hipóteses derivadas, que serão as hipóteses secundárias, surgem enquanto pontos mais específicos, utilizados com o objetivo de validar ou não as hipóteses principais.

Atendendo ao enquadramento teórico e contextualizando-o com a orientação do presente trabalho de investigação, foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese Principal 1: A estabilidade, política e económica, do bloco Europa/EUA depende das políticas externas adotadas pela Federação Russa.

Hipótese Secundária 1.1: A Europa é, energeticamente, dependente da Rússia.

Hipótese Secundária 1.2: Existem, efetivamente, países pertencentes à UE com relações privilegiadas com a Federação Russa.

Hipótese Principal 2: A estabilidade, política e económica, da Federação Russa depende das políticas externas adotadas pela Europa/EUA.

Hipótese Secundária 2.1: Os países OTAN são importantes aliados da Federação Russa no âmbito do combate ao terrorismo.

Hipótese Principal 3: O escalar de tensões entre a Federação Russa e os países da OTAN enfraquece o posicionamento internacional da Europa.

(Página intencionalmente deixada em branco)

3. Visão Russa das Posições Europeias

3.1. Pensamentos Chave da Estratégia Russa

Desde o início do século XXI, a Federação Russa tem vindo, propositadamente, a reafirmar-se no panorama internacional. Por este motivo, o seu pensamento estratégico tornou-se, uma vez mais, uma preocupação. Enquanto, por um lado, há quem considere este novo pensamento como "aberto, previsível e pragmático", por outro, há quem olhe para a estratégia política Russa como "irracional", bastante próxima do pensamento da ex-União Soviética e do período da Guerra Fria (Morenkova Perrier, 2014, p. 6).

Revela-se, desta forma, ser da mais elevada importância compreender a identidade Russa no que diz respeito à definição das suas políticas externas, tidas, por vezes, como conflituosas. Como sugere Raquel Freire, "a construção identitária pós-soviética acompanha a redefinição das políticas russas com Vladimir Putin, sugerindo uma "nova" Rússia construída sobre as fundações do "velho" império" (2011, p. 44).

Apesar da construção identitária russa se ter edificado ao longo do tempo entre o Ocidente e o Oriente, não existe, propriamente, um consenso interno no que diz respeito a qual aproximação de política externa se deve adotar. Assim, é possível afirmar que existem divisões internas russas: se por um lado os Euro-Atlantistas defendem relações mais próximas com os EUA e com a Europa, optando pela adoção do modelo próximo do democrata-liberal, por outro, os Eurasianistas defendem a continuação a leste enquanto continuação geográfica natural, optando por isso por relações mais afincadas com parceiros como a China e a Índia. Por fim, existe ainda o movimento "Rússia primeiro", adotado na sua essência por forças nacionalistas que defendem a afirmação do poder russo pela sua história nacional, força política, recursos económicos, através de uma lógica neo-imperalista como sustento das políticas russas. Atentas todas estas divisões internas, é, pois, possível aferir o caráter multidimensional que define a política externa russa (Freire,

2011, p. 44).

Assistimos hoje em dia, a um processo de construção identitária constante, virado tanto para a Europa como para a Ásia. A isto, acrescenta-se uma identificação ideológica russa que não é próxima do comunismo soviético e, tão pouco, de uma democracia ocidental, surgindo desta forma "um novo realismo assente na verticalidade da autoridade" (Freire, 2011, p. 45): O Putinismo.

Segundo Raquel Freire, "O putinismo, é aqui considerado enquanto conceito aglutinador que passa pela centralização de poder e verticalismo autoritário, complementado o seu modelo de governação com um quadro ideológico entendido como fundamental para conferir substância e capacidade de projeção à politica externa russa – nesta mescla entre um passado glorioso e um olhar pragmático para o futuro." (ibidem). Prova disso é a recuperação de antigas tradições soviéticas, como o hino soviético e as grandes paradas militares, exemplos da ainda existente influência soviética.

Não obstante esta preocupação com o passado, existe uma clara intenção de inovar assumindo-se, portanto, a multivetoriadade e multidimensionalidade, como fatores chave na nova política externa russa. No entanto, os princípios e objetivos principais, estabelecidos num ambiente pós-Guerra Fria, como o autoritarismo, o centralismo, e o aumento da influência no sistema internacional continuam bem presentes e caracterizadores daquilo que são as intenções russas no panorama internacional. Podemos, então, afirmar que existe uma clara vontade de recuperar a influência internacional com o objetivo de se estabelecerem, de novo, lado a lado com as principais potências do mundo.

Sob um clima de alta mudança na conjuntura nacional e internacional, em maio de 2009, o então presidente Medvedev veio a aprovar a "Estratégia da Defesa Nacional da Federação Russa até 2020" (Mudric, 2014). Neste documento devem ser salientados cinco pontos nos quais a política externa e

de segurança se devem basear:

a) A primazia dos princípios fundamentais do Direito Internacional;

b) A aposta num mundo multipolar, que deverá alterar o sistema atual destronando os EUA;

c) O desenvolvimento de relações amigáveis com todos os atores internacionais, evitando a isolamento da Federação Russa;

d) A proteção dos seus cidadãos e dos seus interesses, independentemente do lugar onde isso seja necessário, sendo que qualquer ato agressivo contra os russos irá ter consequências;

e) O privilegiar das relações com zonas em que os russos têm especial interesse, nomeadamente, os vizinhos próximos.

Mais recentemente, no ”Conceito de Política Externa da Federação Russa”, aprovado, a 30 de novembro de 2016, pelo Presidente Vladimir Putin, são de destacar dois pontos:

a) *Tensions are rising due to disparities in global development, the widening prosperity gap between States and growing competition for resources, access to markets and control over transport arteries* (Russia Federation, 2016).

b) *In seeking to ensure sustainable economic growth based on stable exports and growing domestic demand, its unique natural resources, using the accumulated financial resources and by implementing responsible socio-economic policy, the Russian Federation makes a*

significant contribution to ensuring global economic and financial stability, contributes to international efforts aimed at preventing and overcoming global economic and financial crises. Russia intends to proactively contribute to the creation of an equitable and democratic trade, economic, monetary and financial architecture, the determination of global sustainable development guidelines and achievement of the UN sustainable development goals, assuming that a common approach is needed to tackle the current global economic challenges, which offers new opportunities for international cooperation (ibidem).

Surge, então, num destes pontos, a preocupação relativa ao aumento do clima de tensão entre diferentes atores do teatro nacional. Nesta matéria de defesa, Putin surge determinado e com uma opinião objetiva:

"Devemos estar sempre preparados para repelir potenciais agressões do exterior e conter ataques terroristas internacionais. Temos de estar preparados para responder a quaisquer tentativas de pressão sobre a política externa russa, incluindo o objetivo de fortalecimento das suas posições em detrimento da nossa. Temos também de deixar claro que, quanto mais fortes forem as nossas forças armadas, menor será a tentação de alguém nos pressionar, independentemente do pretexto para o fazer" (Putin apud Freire, 2011, p. 47)

A estas mudanças políticas, Vladimir Putin entende que se deve juntar a reforma militar, sendo esta considerada como indispensável para a manutenção da Federação Russa enquanto potência forte e estável, tanto a nível interno como externo. Para isso, e apesar das dificuldades na reforma militar, é feito um esforço com o objetivo de modernizar e reequipar as forças armadas (2011, p. 46). Desta forma, a Rússia surge, de facto, como uma

autoridade a ter em conta no teatro internacional, diminuindo, em grande escala, qualquer possibilidade de agressão externa e surgindo como ator com grande influência em assuntos internacionais.

Não obstante, é válido afirmar que “em nenhum ponto do século XXI as relações da Rússia com o Ocidente foram piores (Cordeiro, 2018)”. A exibição de novos mísseis e armas, o confronto com o Reino Unido a propósito do envenenamento do agente duplo Sergei Skripal - que veio despoletar uma crise diplomática mundial -, o papel da Federação Russa na guerra síria, aliada do ditador Assad e as “comprovadas tentativas de interferir em processos eleitorais democráticos noutros países (ibidem)”, são alguns dos fatores que, mais recentemente, se têm demonstrado determinantes na detereorioração destas relações.

“Putin, o homem que lamentou um dia a desintegração da velha União das Repúblicas Socialistas Soviéticas como “maior desastre” de sempre, parece juntar em si traços da ditadura comunista e do imperialismo czarista que a antecedeu. Autor da única anexação de território alheio na Europa desde a II Guerra Mundial (a Crimeia), veio confirmar (ibidem)”— ao ganhar as eleições presidenciais de 18 de março de 2018 com 76,5% dos votos (Bruno, 2018)— o erro daqueles que, no início dos anos 90, “viam na democracia liberal o destino inexorável de todas as nações (Cordeiro, 2018).

(Página intencionalmente deixada em branco)

3.2. Rússia vs. OTAN

Com o fim da Guerra Fria, e consequente desagregação da URSS, as relações entre a Federação Russa, principal representação do bloco de leste, e a OTAN, representativa do bloco ocidental liderado pelos EUA, continuaram a afirmar-se enquanto mecanismo fundamental no que diz respeito à manutenção de um clima de estabilidade e segurança na Europa. Este ambiente de estabilidade só se torna possível uma vez que, como afirma Derek Averre (2009, p. 89), *"The withdrawal of former Soviet forces from Central and Eastern Europe (CEE), the conclusion of arms control arrangements – in particular the Treaty on Conventional Forces in Europe (CFE) treaty, CFE – 1A agreement and Open Skies treaty - verbal agreements on non-deployment of tactical nuclear weapons, cooperative threat reduction programmes and establishment of confidence and security building measures were designed to end the period of confrontation and usher in a new era of security cooperation while preserving, at least in formal terms, a balance of military power".*

No entanto, não podemos considerar o período pós-Guerra Fria como um período fértil em relações pacíficas entre os dois atores internacionais, tendo existido vários momentos de tensão. Julianne Smith afirma que "[…] in 1997, the NATO alliance and the Russia Federation turned history on its head and founded a forum for regular consultation on security issues" (2008, p. 1). Apesar do claro otimismo inicial presente nas relações, não se pode afirmar que este se tenha estendido por muito tempo. A intervenção militar da OTAN no Kosovo, a questão da Chechênia e, mais recentemente, o processo de anexação da Crimeia e a crise com a Ucrânia são alguns exemplos de fatores potenciadores de tensão entre o Bloco de Leste e a OTAN.

Por outro lado, a própria problemática da expansão da OTAN fez com que se gerasse um grande desconforto no seio dos russos. *"NATO enlargement, which brought new countries into Transatlantic security community, has at the same time provoked a palpable increase in the level of anxiety if not tension, among the "would-be ins", and a crisis of confidence*

between the expanding alliance and Russia, likely a permanent outsider" (Trenin, 2001, p. 17). Por estas razões, a Rússia tem passado os últimos anos, expondo de forma assídua e contínua, esta problemática, publicamente e ao mais alto nível. Com o objetivo de conter as ameaças vindas do Continente europeu, Putin, no início da sua primeira presidência, assume esta questão como um problema Nacional, ao aprovar dois documentos doutrinários e estruturantes: Conceito da Segurança Nacional e Doutrina Militar (Arbatov, 2003, p. 30).

Nestes documentos dá-se especial atenção aos seguintes aspetos: *"nuclear deterrence and nuclear first use as principal pillars of Russian security, on robust conventional defence against NATO threat, as well as on the regular employment of armed forces to deal with domestic conflicts*" (Arbatov, 2003, p. 30). Apesar desta posição se ter vindo a alterar ao longo do tempo, a sensação de conflitualidade entre os dois atores persiste. Surge, então, a importância de emergir um acordo entre a OTAN e a Rússia, algo que subsiste há algum tempo, e é de extrema importância para a manutenção da segurança regional e até internacional.

As divergências entre a OTAN e a Rússia apresentam-se como uma realidade inequívoca. No entanto, em certas matérias existem alguns pontos em que os dois agentes cooperam. Estes pontos comuns de trabalho estão relacionados principalmente com o Afeganistão, onde os russos permitem fazer transporte de carga da OTAN pelo seu território em missões de contra terrorismo, mas também noutros aspetos, tais como em questões relacionadas com armas nucleares, em situações de gestão de crises e em operações contra narcotráfico (Padrtová, 2012, p. 24).

A volatilidade das relações bilaterais é um fenómeno característico desde a queda do Murro de Berlim. A falta de um progresso constante e a alteração do sistema internacional fizeram com que o Kremlin retirasse alguma importância à OTAN na sua política de segurança e defesa, tal como se verifica pela diminuição da atenção à Aliança nos documentos que estruturam estas

políticas dos russos. No fundo, é do interesse de Moscovo estabilizar as relações com o flanco ocidental para se poder concentrar nos assuntos a Leste.

(Página intencionalmente deixada em branco)

3.3. Ucrânia

O final da Guerra Fria implicou consideráveis transformações geoestratégicas e geopolíticas a nível regional e global. Desde logo, o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) deu origem a uma série de novas entidades políticas. Deste modo, e apesar da sua diversidade geográfica e social alargada, a Ucrânia surge enquanto Estado soberano. Desde então, este país de relevada importância estratégica, tanto a nível geopolítico, como geoestratégico, num quadro europeu, iniciou uma quádrupla transição: política, económica, institucional e identitária (Kuzio & Moroney, 2001). No entanto, no que diz respeito à política externa, "Kiev tem oscilado entre uma maior aproximação, ora à UE, ora à Rússia, consoante os seus interesses e perceções nos diferentes momentos (Dias, 2015, p. 46)."

"A partir de 1991, o fim da "cortina de ferro", o subsequente enfraquecimento da esfera de influência soviética, bem como a adesão à OTAN de países que anteriormente pertenciam ao Pacto de Varsóvia, tais como a Roménia e a Bulgária, fizeram com que a Federação Russa perdesse parte do controlo direto das margens do Mar Negro, o qual tem uma importância estratégica vital para a Rússia. Também a adesão à OTAN por parte da Lituânia, da Estónia e da Letónia, anteriormente Estados integrantes da URSS, restringiram para a Marinha russa a área de acesso ao Mar Báltico. Tal situação nunca deixou de ser considerada pela Rússia como um ameaça, apesar da retórica Ocidental sempre ter minimizado a sensibilidade russa quanto a esta aproximação efetiva da Aliança Atlântica às suas fronteiras, afirmando que este alargamento da área de segurança da OTAN era meramente defensivo e fomentador da segurança na Europa (Prazeres, 2015, p. 2)".

No que diz respeito à relação entre a Federação Russa e a Ucrânia, e tendo em conta todo um conjunto de mal-entendidos e situações mal resolvidas que se foram aglomerando, de forma residual, desde o fim da

Guerra Fria, não se pode considerar que o cariz conflituoso desta relação seja algo recente. Como tal, é possível afirmar, que com o fim da URSS e o seu consequente desmembramento, a Ucrânia revelou abertura para uma aproximação com a Europa Ocidental, tanto a nível político como económico, em vez de continuar a demonstrar lealdade à orientação política Russa. Esta mudança veio despoletar algum desconforto em Moscovo, promovendo uma relação conflituosa entre estes dois atores (ibidem).

Apesar de a sua localização geográfica (entre a UE e a Federação Russa) influenciar, de forma preponderante, aquilo que são os seus vetores de política externa, a Ucrânia, desde a recuperação da sua independência, em 1991, tem tentado seguir o seu rumo de forma soberana e independente. No entanto, o caráter multivetorial das suas políticas tem, ao longo dos anos, sido encarada, por parte do ocidente, com alguma reserva "face às muito publicitadas manobras das elites políticas em busca de benefícios pessoais, quer provenientes da assistência ocidental, quer resultantes da amizade russa". Neste sentido, e apesar de não representar um fator impeditivo da adesão ucraniana às estruturas ocidentais, tem-se apresentado como prejudicial a uma maior integração nas mesmas (Freire, 2011, p. 69).

Em relação à vizinha Rússia, o governo ucraniano tem feito um esforço no âmbito da sua afirmação nacional. Não obstante, as sucessivas mudanças políticas que, ora promovem a renegação, ora promovem a concordância, são reveladoras da sua inconsistência. "Ou seja, claramente o caráter co-constitutivo da dimensão interna e externa na formulação de política externa, tem implicações nas opções ucranianas, sendo em muitas instâncias não apenas reflexo do curso de afirmação nacional, mas condicionada por pressões externas, como, por exemplo, através da redução ou mesmo interrupção dos fornecimentos de gás e petróleo russos". Não é, por isso, estranho afirmar que, sendo a Federação Russa o seu maior parceiro comercial e dependendo a Ucrânia dos seus recursos energéticos, estamos perante uma independência que, de certa forma, depende da vontade russa. Apesar disto, Moscovo admite a necessidade de manter boas relações com a

vizinha Ucrânia tendo em conta a sua localização estratégica, a presença de minorias russas e o crescimento do seu mercado. Simultaneamente, a Federação Russa não vê com bons olhos a orientação ocidental ucraniana, uma vez que esta desafia os seus interesses políticos (ibidem).

Mais recentemente, e apesar do momento de transição em curso na Ucrânia, verifica-se um fracasso na "modernização política e económica do país". Neste sentido, fatores como a corrupção e a desigualdade socioeconómica apresentaram-se como preponderantes para a amplificação do fosso entre os grupos pró-europeus e os grupos pró-russos (Braithwaite, 2014). "Por outro lado, as ligações pouco transparentes dos oligarcas ucranianos à Rússia, sobretudo no setor energético, agravaram os níveis de dependência do país, deixando-o vulnerável a pressões políticas e económicas por parte de Moscovo (Charap & Darden apud Dias, 2015)". Desta forma, a situação socioeconómica precária, em conjunto com as oscilantes orientações de política externa do governo de Viktor Yanukovitch, determinantes para a rejeição do Acordo de Associação com a UE (favorecendo uma aproximação à Federação Russa), promoveram a mobilização dos cidadãos ucranianos em forma de protesto (Dias, 2015, p. 46).

Nessa circunstância, foi com desconfiança que a Rússia encarou os desenvolvimentos desta crise ucraniana, acreditando, desde o início, que seriam parte integrante de um esquema ocidental, esquema esse com o objetivo de promover a aproximação da Ucrânia às instituições euro-atlânticas em detrimento dos interesses russos. Por este motivo, e com o objetivo de reverter a situação, assegurando a permanência ucraniana na sua esfera de influência política, a Federação Russa envolve-se, desde logo, na crise. "Apesar de ter usado um vasto leque de instrumentos económicos e diplomáticos para atingir os seus objetivos, o apoio político e militar a movimentos separatistas no Leste e Sul da Ucrânia e a anexação da Crimeia a 18 de março de 2014 constituem os pontos mais significativos da sua estratégia na região (Dias, 2015, p. 47)".

É, por isso, possível afirmar que a Rússia tem tido um papel de relevada importância na situação ucraniana, optando por, estrategicamente, proteger os seus interesses nacionais, enfraquecendo e desacreditando o poder e legitimidade do novo governo de Kiev. Neste sentido, encontram-se alguns fatores que justificam a atuação de Moscovo: a procura de Vladimir Putin pelo reforço da sua popularidade em termos internos; as intenções russas que têm como objetivo a criação de um bloco económico euro-asiático, bloco esse que depende da participação ucraniana ou, pelo menos, da sua lealdade; e a responsabilidade de proteger a etnia russa situada no espaço pós soviético (Strategic Comments, 2014).

Igualmente importante no âmbito da intervenção política, militar e económica da Federação Russa no espaço pós-soviético, é a anexação da Crimeia e o apoio a movimentos separatistas de forma reativa, acontecimento, este, despoletado pelos eventos de novembro de 2013, que pode ser encarado "como uma extensão de um novo imperialismo russo" com a finalidade de reagregar o espaço que pertencia à URSS. Desta forma, a intervenção da Rússia pode representar um aviso aos países do espaço pós-soviético que pretendam abandonar a sua esfera de influência, procurando uma aproximação às instituições euro-atlânticas (Blank, 2014).

A anexação da Crimeia e o apoio a movimentos separatistas em solo ucraniano protagonizado pela Federação Russa foi motivo de pública condenação por parte da comunidade internacional. No entanto, efetivada a reprovação, por parte dos líderes ocidentais, dos episódios levados a cabo por Moscovo, e apesar de aquele movimento ser ilegal aos olhos do Direito Internacional, optou-se pela aceitação do acontecimento, concentrando-se os esforços numa prevenção eficaz de novas situações que pudessem pôr em risco a estabilidade e soberania ucraniana, bem como de todos os países pertencentes ao espaço pós-soviético, sob influência das políticas russas (Freedman, 2014).

Num quadro europeu, realizou-se, em agosto de 2014, uma cimeira

extraordinária do Conselho Europeu, tendo-se apelado à retirada das forças militares russas situadas em território ucraniano e avaliando-se a possibilidade de tomar medidas adicionais para a resolução do conflito. Nesse contexto, foi imposta uma série de sanções económicas e diplomáticas à Federação Russa. "Ainda que os países que estiveram outrora sob dominação soviética, como a Polónia ou a Lituânia, reclamem uma estratégia mais dura, a Alemanha, a França e a Itália permanecem reticentes em agudizar as suas relações com a Rússia, por temerem retaliações políticas e, sobretudo, económicas. Por outro lado, o Presidente Putin já percebeu a hesitação e relutância europeia em avançar com medidas mais duras e parece estar preparado para absorver o choque económico imediato que possa advir das sanções impostas, pelo que estas correm o risco de se revelarem ineficazes na resolução do conflito (Dias apud Dias, 2015)".

Deste modo, apesar da tentativa de dar a entender que a UE se encontrava pronta para agir de imediato, verificou-se que, na prática, surgiu alguma dificuldade nos processos de tomada de decisão e na capacidade europeia em lidar com os incidentes ocorridos na sua vizinhança próxima. "No geral, a UE tem *feito too little*, too late no que respeita à crise ucraniana (Dias, 2015, p. 52)", o que representa uma derrota no âmbito das políticas de segurança e externa europeias "não só por não conseguir assegurar a paz em solo europeu, mas também por ter revelado o seu fracasso na transformação da sua vizinhança numa zona de paz, estabilidade e prosperidade, baseada na aceitação de normas e valores europeus (ibidem)".

Por este motivo, é possível afirmar que a Política Europeia de Vizinhança se relevou insuficiente para a transformação da vizinhança europeia, permanecendo incapaz de facultar mecanismos e instrumentos que permitissem resolver a crise ucraniana de forma capaz, sustentada e eficaz (Emerson, 2014). "Do mesmo modo, a crise ucraniana parece inaugurar uma nova fase das relações entre a UE e a Rússia, uma fase que substitui dinâmicas de cooperação por *nuances* de confrontação estratégica (Blockmans apud Dias, 2015)".

Relativamente ao papel da OTAN na crise da Ucrânia, podemos considerar que se tem revelado mais nominal do que efetivo, com especial responsabilidade atribuida aos EUA. Tendo em conta que a Ucrânia não apresenta um interesse significativo aos olhos de Washington, não é viável que a estratégia americana para a resolução do conflito vá além da retórica política e da aplicação de sanções económicas (Blank, 2014). Não obstante, existem, no núcleo da OTAN, tal como na UE, estados-membros com opiniões e interesses diferentes, no que diz respeito à adoção de medidas penalizadoras para a Federação Russa, o que por si só revela alguma dificuldade na atuação. "Assim, ainda que a intervenção russa tenha levado o secretário-geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen, a declarar a crise ucraniana como «a mais séria crise na Europa desde a queda do Muro de Berlim», uma atuação mais substancial por parte desta organização parece ser pouco provável a menos que isso coloque em risco direto algum dos seus estados-membros (Brown apud Dias, 2015)".

A enorme variedade de atores envolvidos na crise da Ucrânia revela o cariz internacional do evento. "Trata-se de um conjunto de dinâmicas que englobam a insatisfação da sociedade civil ucraniana, mas também uma luta entre a Rússia e o Ocidente pela influência sobre um território de importância incontornável no quadro geopolítico europeu alargado (Dias, 2015, p. 53)".

Em suma, da mesma forma que acontece em todos os conflitos no espaço pós-soviético, a Federação Russa demonstra pouco interesse em encontrar uma solução que coloque o fim aos conflitos no Sul e Leste ucraniano, tendo em conta que isto levaria a uma importante perda de influência nas decisões políticas da Ucrânia (Blank, 2014). Adicionalmente, a independência destes territórios resultaria na emergência de novas forças e ideologias políticas no espaço pós-soviético, "implicando esforços adicionais para garantir a segurança da sua vizinhança e uma posição política em conformidade com os seus interesses regionais e globais (Dias, 2015, p. 50)".

Desta forma, a anexação da Crimeia pode representar mais um

mecanismo de coerção, levado a cabo por Moscovo face à tomada de posse do governo de transição em Kiev, governo esse com uma clara propensão pró-europeia, do que propriamente um real encorajamento ao separatismo nessa mesma região (Freedman, 2014).

"Quer pelo peso que a Ucrânia tem no xadrez político e de segurança europeu alargado, quer pelo envolvimento direto ou indireto da Rússia nestes eventos, a verdade é que a crise ucraniana extravasou os limites nacionais e assume-se hoje como um episódio incontornável das relações internacionais (Dias, 2015, p. 48)".

(Página intencionalmente deixada em branco)

3.4. Questão Energética - Gasodutos

O tema do poder energético russo tem tido uma evolução particularmente conturbada. O vazio de poder criado concomitantemente com o cair da URSS deu origem à incapacidade de controlar as atividades do Estado e dos setores produtivos, iniciando-se, por isso, um ciclo de privatizações, essencialmente nos setores energéticos e na indústria militar, os setores de referência.

No entanto, a chegada de Putin ao poder em 2000, veio trazer algumas alterações no que diz respeito a esta matéria. Em primeiro lugar, o recém-eleito Presidente russo optou por renacionalizar as empresas com valor estratégico, nomeadamente, as empresas petrolíferas e as empresas que constituem o Complexo Industrial Militar (CIM). Neste momento, o Estado russo controla e define toda a política relativamente à produção e à exportação energética. A riqueza neste setor, na Rússia, é sustentada não só pelas enormes reservas existentes, mas igualmente pela variedade dos seus recursos naturais.

O principal elemento responsável no processo de obtenção de eletricidade na Rússia é o carvão, representando cerca de 40% da produção mundial de eletricidade (WEC, 2013). A sua abundância é a principal razão das expetativas de ultrapassar o petróleo na categoria de fonte de energia primária. A Federação Russa possui as maiores reservas de carvão da região euro-asiática. No entanto, na categoria de produção situa-se apenas em sexto lugar. Esta posição é facilmente explicada se se tiver em conta a localização da maior parte das suas reservas. Situadas na Sibéria, e com meios de transporte muito pouco desenvolvidos, que aditam custos consideráveis à produção, ao contrário de outros comercializadores a nível internacional, com localizações perto de ambientes marítimos, meio privilegiado para o transporte de carvão.

No entanto, o ano de 2012 foi um ano especial no que diz respeito à

comercialização do gás natural, uma vez que se verificou um aumento da procura, ultrapassando a procura mundial do carvão. Este aumento, aliado às novas tecnologias e à construção de gasodutos com capacidades superiores, veio permitir o transporte de maiores quantidades de gás natural. Nesta área, a Federação Russa desfruta de uma posição de liderança absoluta, tanto no capítulo das reservas, como no capítulo da produção e exportação, estimando-se um valor de 30% do consumo mundial (ibidem). O seu principal meio de transporte são os gasodutos, que transportam quantidades enormes para todas as direções, sendo as principais a UE e os Estados pertencentes à CEI. Para além disso, também exporta grandes quantidades de gás liquefeito, tendo como destinatários, sobretudo, países asiáticos, nomeadamente, o Japão, a Coreia do Sul, a China, a ilha de Taiwan, e a Tailândia.

Assim sendo, a questão da distribuição das reservas no território da Federação Russa assume-se como uma questão fundamental, uma vez que o posicionamento geográfico dos principais poços de hidrocarbonetos tem um peso apreciável na política energética. Por este motivo, Nina Poussenkova sublinha esta questão afirmando que "*Russia´s national security through revitalization of East Siberia and Far East, including the development of their huge untapped hydrocarbon potential, is driving the imperative to "turn east""* (2009, p. 132). Desta forma, o território russo é repartido em quatro divisões, Sibéria de Oeste, Sibéria de Leste e o Extremo Oriente, Plataforma Continental e a Parte Europeia da Rússia. "A energia é indispensável para o desenvolvimento dos Estados e constitui, por isso, uma aposta estratégica importante" (Courmont, 2009, p.46).

Tendo em atenção esta preocupação estratégica, desde a chegada de Putin ao poder, a Federação Russa tem usado os recursos energéticos como um instrumento do seu jogo político internacional, usando-os, de forma exímia, em seu proveito, em situações de braço de ferro político. Por outro lado, é através dos seus recursos energéticos, que se faz a aquisição de fundos para o desenvolvimento dos outros setores do Estado e do aumento da qualidade de vida dos cidadãos, tornando-se este um setor fundamental

na geoestratégia da Federação Russa. Por este motivo, a Rússia investe elevados recursos na indústria energética, com o objetivo de manter a supremacia a nível internacional, supremacia essa da qual tem vindo a desfrutar nos últimos anos.

Desta forma, temos vindo a assistir, por parte da EU e da Rússia, a uma consolidação nas relações de cooperação, levando à formação de um ambiente de interdependência tanto a nível político como económico (Paillard, 2010). Da mesma forma que o continente europeu se apresenta como um dos principais locais de escoamento de produtos de origem russa, a Rússia também representa um mercado altamente significativo no que diz respeito aos produtos europeus. Neste âmbito, afigura-se de especial relevância destacar o setor de referência, no que diz respeito à cooperação destes dois atores: o setor energético. É neste setor que, indubitavelmente, se regista a maior relação de interdependência, sendo o fluxo direcionado para o continente europeu. As crescentes necessidades energéticas da Europa, a sua crescente dependência das importações e a própria necessidade da Rússia de escoar os seus produtos, tornam esta relação importante ao ponto de obrigar a Rússia a assumir esta cooperação como uma das principais prioridades no que diz respeito às relações Rússia-União Europeia (Russia Mission - Permanent Mission of the Russian Federation to the European Union).

Do ponto de vista estatístico, facilmente se comprova esta forte relação de interdependência no setor energético. Observe-se que no terceiro trimestre de 2017 se verificou um aumento de 12%, relativamente às importações de produtos Russos, estabelecendo-se o valor apenas 2% abaixo do recorde alcançado no último quarto de 2016. Assim, a Federação Russa continua a apresentar-se como o principal fornecedor europeu no terceiro trimestre de 2017, cobrindo 44% do total de importações realizadas pela Europa, percentagem que se mantém, praticamente, inalterada, quando comparada aos 45% registados no mesmo período do ano de 2016. É possível ainda aferir que, no global, durante os três primeiros trimestres de 2017, as

importações provenientes da Rússia aumentaram 14% face ao registado no mesmo período de 2016, solidificando o papel da Federação Russa enquanto principal fornecedor de Gás natural à Europa e reforçando a dependência dos países europeus relativamente aos seus produtos (MOE, 2017).

Por outro lado, Rússia e Europa são também extremamente interdependentes no que diz respeito ao fornecimento de petróleo. Esta relação é forte ao ponto de, com o passar dos anos, se continuar a apresentar como peça fundamental nas relações energéticas entre a UE e a Federação Russa. No ano de 2010, as importações de petróleo proveniente da Rússia representaram 34% do total de importações da UE, assumindo, assim, aquele país, repetidamente, um papel de fornecedor líder junto dos países europeus. Neste setor, a Europa vai mais longe, importando da Federação Russa não só petróleo como também os seus derivados, com especial destaque para o *diesel*, troca esta que representa 64% do valor total das exportações russas para o continente europeu, num setor onde se prevê que a Rússia continue a produzir 510-515 milhões de toneladas de petróleo até 2020 (European Commission and the Russian government, 2013).

Em suma, no ano de 2017, a participação da Rússia nas importações de gás natural da UE foi de 37,4% (39,5% em 2016) e de 30,9% (31,7% em 2016) nas importações da UE de petróleo e derivados, medida em valor (Eurostat, 2018).

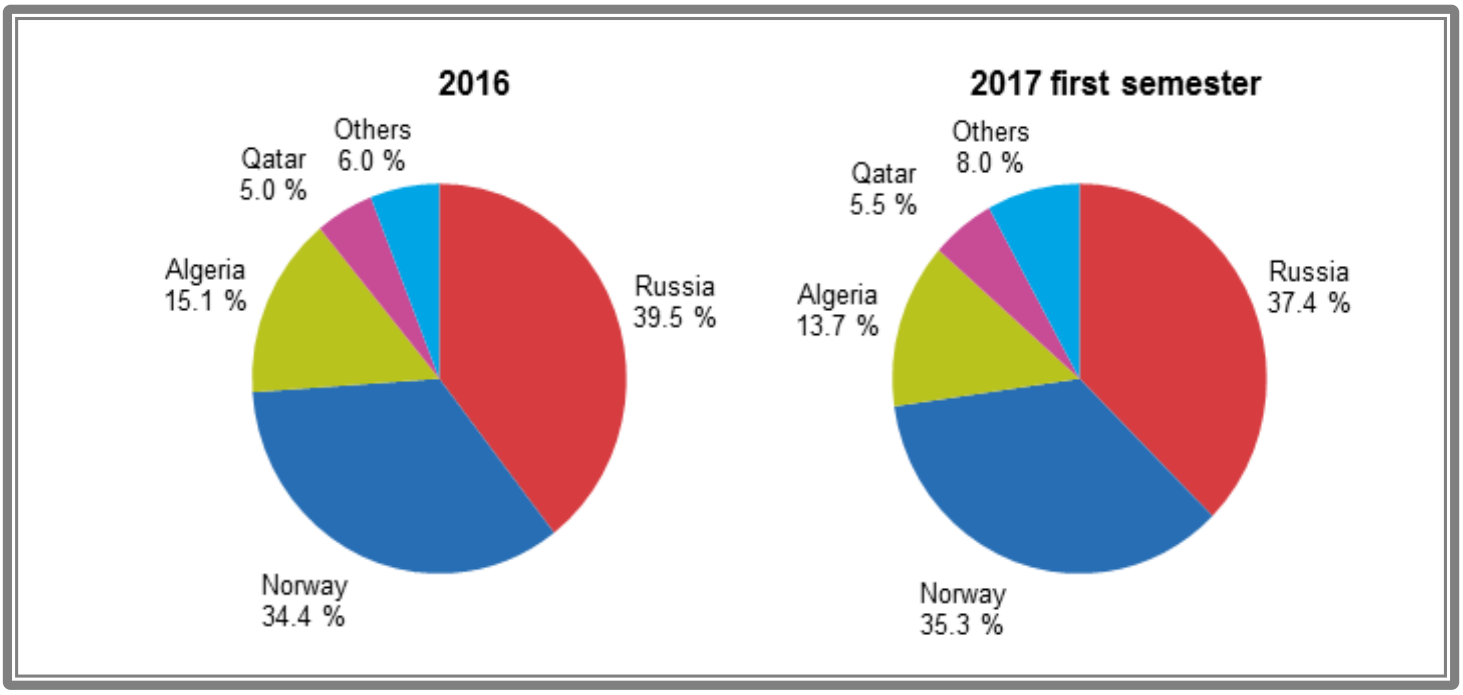

Figura 1: Importação de gás da UE

(http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU_imports_of_energy_products_-_recent_developments)

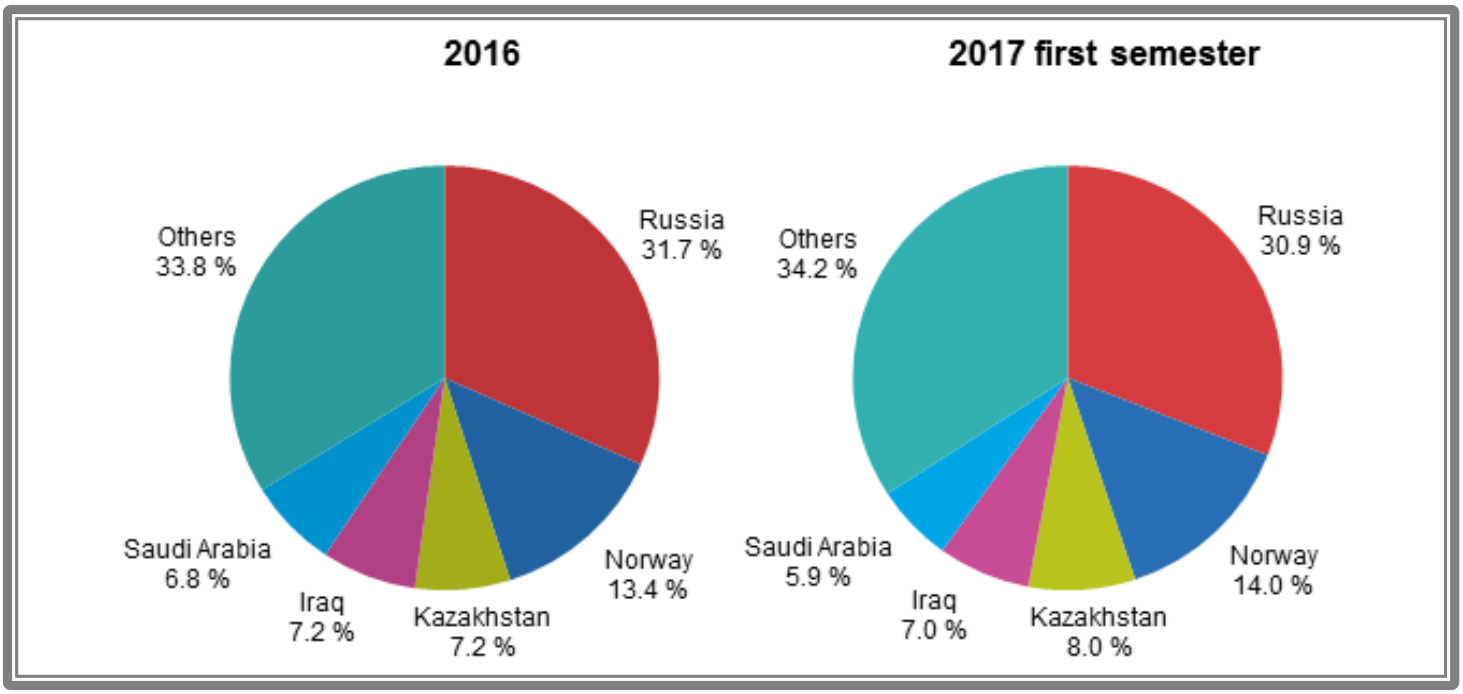

Figura 2: Importação de Petróleo da UE

(http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU_imports_of_energy_products_-_recent_developments)

Todas as principais potências europeias têm uma grande porção do seu setor energético a ser preenchido pelos gasodutos e oleodutos provenientes da Rússia. No entanto, alguns países, como por exemplo os países Bálticos, dependem exclusivamente das exportações energéticas da Federação

Assim sendo, tal como Stay Closson afirma, a complexidade a que se assiste, a nível europeu, no setor energético representa um elevado perigo relativamente à segurança dos estados (2009, p. 89), tendo em conta a política energética russa dos gasodutos e oleodutos, política essa de caráter extremamente importante e sensível para a UE. Esta importância prende-se, essencialmente, com o facto de a Rússia monopolizar os canais de transporte de gás natural e petróleo. Ou seja, na hipótese de um desacordo entre a Federação Russa e outro país, este monopólio de fornecimento energético poderá funcionar, da mesma forma que em 2009, como uma arma política e económica.

Nesta questão energética, associada aos gasodutos e oleodutos para a EU, existem outros tópicos merecedores de destaque, tendo em conta a necessidade crescente que a Europa tem de aumentar o leque de fornecedores de combustíveis fósseis, diminuindo de modo consequente a sua dependência do fornecimento por parte da Federação Russa, evitando assim “estar na mão” da Rússia em situações vindouras.

4. Visão Europeia das posições Russas

4.1. Relação bilateral Alemanha-Rússia

«O apoio russo antes e depois de 1870 tornou possível a unificação da Alemanha por Otto von Bismarck, e o chanceler elogiou a Rússia como um "natural, histórico e íntimo aliado"» (Chivis & Rid, 2009, p. 116)

Tanto a Rússia como a Alemanha apresentam-se, no contexto internacional, como dois estados centrais no que diz respeito ao panorama político europeu, cuja relação tem tido influência na história da Europa. Assim, um estudo desta relação bilateral tem como necessidade fundamental a análise de aspetos políticos, históricos, económicos e energéticos, fortemente associados ao crescimento da mesma. Além disso, deve ser tido em conta o fator geográfico como elemento histórico e potenciador desta relação (Freire & Daehnhardt, 2011, p. 171).

"A história revela-nos que ambos os lados têm, de uma maneira geral, optado pela cooperação e pela gestão de um relacionamento bilateral cooperativo mais do que conflituoso" (Daehnhardt, 2014, p. 142) e, de facto, apesar da relação entre estes estados ter sofrido algumas alterações, é certo que foi resistindo a vários impactos ao longo dos anos.

A Rússia tem, desde o século XIII, tentado assumir-se enquanto potência europeia, considerando o continente Europeu como essencial na definição da sua política externa, não obstante ser difícil caracterizar a identidade russa tendo em conta as várias políticas adotadas, tanto europeias como asiáticas, políticas essas nem sempre conciliáveis. No entanto, no século XIX a Rússia surge como extremo oriental do continente europeu, numa busca contínua pela sua inserção na centralidade política europeia. Por outro lado, a Alemanha, centrada geograficamente no continente europeu, tem tentado desenvolver uma política externa de vizinhança, especialmente desde o final da II Guerra Mundial. Este multilateralismo materializou-se com a entrada da República Federal da Alemanha (RFA) nas principais instituições ocidentais: a

OTAN e a Comunidade Económica Europeia. Apesar desta aproximação a ocidente, durante a Guerra fria, a República Democrática da Alemanha (RDA) e a URSS, atores fundamentais no que diz respeito à relação leste-oeste, iniciaram uma importante relação bilateral. Neste sentido, esta relação torna-se um importante teste para uma Alemanha recentemente reerguida, havendo receios de uma, eventual, aproximação "especial" a Moscovo (Freire & Daehnhardt, 2011).

Posteriormente, com o fim da Guerra Fria, deu-se um passo de gigante no que diz respeito ao estabelecimento da segurança europeia. Fundamental, neste processo, foi a negociação internacional que veio abrir espaço para uma possível unificação alemã. Na iminência da unificação acontecer, é possível considerar que o ponto de partida da Alemanha foi forte. O fim desta separação veio, então, significar a união do povo alemão, a estabilidade das regiões fronteiriças e ainda a afirmação da Alemanha enquanto estado unificado central no panorama político europeu. Com isto, surge a necessidade de uma nova Alemanha presente num novo sistema internacional, pretendendo, por um lado, manter as ligações europeias e transatlânticas, mas, por outro, dar continuidade e redefinir o seu estatuto nas estruturas institucionais. Com a Alemanha sem pretensões de hostilizar a Rússia, torna-se a mesma num desafio à continuidade institucional (Freire & Daehnhardt, 2011).

Após a Guerra Fria, é de realçar a posição russa, posição essa claramente enfraquecida, deixando as suas fronteiras vulneráveis e, consequentemente, perdendo o estatuto de grande potência. Por este motivo, o período compreendido entre junho de 1989 e dezembro de 1991 tem um significado completamente oposto para a Alemanha e para a Rússia: "enquanto que 1989 foi o annus mirabilis para a Alemanha e para todo o Ocidente, com o fim da dominação soviética na Europa Oriental e os povos da Europa Oriental a exercerem o seu direito de autodeterminação, 1991 foi o annus horribilis para a União Soviética e as autocracias políticas na Europa Oriental" (2011, p. 175).

Assim, com a unificação da Alemanha e a queda da antiga URSS, enquanto a Rússia se viu obrigada a legitimar uma vez mais a sua política, tentando reerguer-se como potência no sistema internacional, a Alemanha unificada apenas teve de redefinir a sua política externa, assumindo uma forte posição no panorama multilateral europeu, tanto a nível político como económico e de segurança, numa altura de transição no que diz respeito às políticas externas da Federação Russa e da Alemanha.

A respeito da diplomacia bilateral, as relações germano-russas, desde 1991 que se estabeleciam num registo positivo. A Alemanha acreditava, realmente, que o passado imperial russo se estaria a ultrapassar, numa tentativa de transição democrática, e os próprios russos sentiam o apoio alemão ao seu programa político e económico (Wallander, 1999, p. 41). No entanto, hoje em dia, apesar da cautela com que os Estados se pronunciam sobre o tema, podemos assistir a um claro clima de tensão relativamente às políticas adotadas pela Rússia, tanto interna como externamente.

Apesar disso, a Federação Russa cedo percebeu a importância de estabelecer um aliado no bloco Ocidental. Logo após 1991, era objetivo presente na sua política externa a necessidade de ter um parceiro que pudesse servir de elo de ligação e representante dos interesses russos na europa e no contexto transatlântico. Do outro lado, rapidamente, a Alemanha percebeu a necessidade de encontrar um compromisso com a Rússia, grande potência a leste, que permitisse uma convivência não hostil, sempre com a preocupação de respeitar os acordos realizados a ocidente, tanto com a UE como com a OTAN, encarados como garante da estabilidade e segurança europeia, condição indispensável ao desenvolvimento económico alemão. No entanto, tendo em conta as mais recentes progressões europeias para a Europa Oriental, existe uma nova região geográfica a leste que impõe o equilíbrio necessário às decisões políticas alemãs. A esta zona, Berlim chama “nova vizinhança europeia”, já Moscovo apelida-a de “estrangeiro próximo”, indiciando, deste modo, um possível ponto de discórdia no que diz respeito à

influência que cada um destes atores pretende ter na região (Freire & Daehnhardt, 2011, p. 181)

Mais recentemente, a Chanceler Angela Merkel apostou no reforço da estratégia euro-atlântica, tentando, assim, ganhar espaço para a Alemanha no seio da UE e da OTAN, progredindo de forma seletiva e cuidadosa para leste, especialmente no que diz respeito à parceria com a Federação Russa. Merkel tomou uma posição mais rígida do que o seu antecessor, mais concretamente, no que diz respeito à posição russa relativamente aos direitos humanos e aos valores da democracia, mostrando, desta forma, aos aliados, que "uma política transatlântica desarticulada e um flirt unilateral com a Rússia" não é necessariamente o caminho para a Alemanha.

Não obstante, a Alemanha não deixa de reconhecer a Rússia como um importante parceiro em algumas matérias. Entre as quais, devemos considerar, o Irão, o Médio Oriente e a Coreia do Norte. Assim sendo, a Rússia continua a ser considerada um pilar fundamental na política externa alemã, apesar de ser cada vez mais criticada em relação às suas políticas internas (Rahr, 2007, p. 142) e do esfriamento das relações com a UE devido à adoção de medidas mais duras face ao Oriente. Este pilar que a Rússia representa assume-se como basilar, principalmente, em matérias de políticas energéticas e no âmbito internacional de combate ao terrorismo, fazendo com que a relação estratégica entre os dois atores permaneça extremamente forte.

Contudo, no governo liderado por Merkel, assistiu-se à existência de uma preocupação, consumada numa tentativa de redefinição política, tanto alemã como europeia, para a Rússia. Desta forma, ao contrário do antigo chanceler alemão, o governo de Merkel teve por objetivo, não só reforçar os laços bilaterais existentes com a Rússia, mas procurar inseri-los numa lógica europeia, num quadro de parceria efetivamente forte entre a UE e a Federação Russa. É, então, possível afirmar que "a Alemanha surge como o principal interlocutor da Rússia: sem a Alemanha não haveria uma política ocidental para a Rússia, e a Alemanha tem adotado uma postura que a posiciona entre a

mediação e a proteção da posição russa" (Freire & Daehnhardt, 2011, p. 183). Ou seja, se for tida em conta a elevada importância destes dois atores num contexto internacional, rapidamente se chega à conclusão de que esta relação não pode, em circunstância nenhuma, ser considerada meramente bilateral. Desta relação privilegiada surgem consequências multilaterais, que afetam as relações da Rússia com a UE e, mais ocidentalmente, com os EUA, fator que impede o estabelecimento de uma estratégia comum a longo prazo relativamente à Federação Russa: "a relação da Rússia com a UE é complexa e caracteriza-se pela inexistência de uma única política comunitária para a Rússia. Muitas vezes os interesses dos estados-membros são simplesmente demasiado divergentes para permitir uma estratégia de longo prazo comum" (2011, p. 184).

Por outro lado, é de realçar a parceria comercial, de longa data, estabelecida entre estes dois países, representando a Alemanha o maior parceiro comercial da Rússia no âmbito da UE (OEC-Rússia, 2016), especialmente no que diz respeito ao setor energético. Como foi visto anteriormente, a Rússia é um dos maiores produtores energéticos do mundo, sendo possuidora de uma quantidade avassaladora de reservas naturais. Por este motivo, e dada a sua posição geográfica, a Federação Russa tornou-se um dos principais fornecedores de petróleo e gás natural, principalmente da Alemanha e UE, representando 37,4% das suas importações de gás natural e 30,9% das importações de petróleo. Estes dados permitem-nos concluir que, de facto, existe uma relação forte nesta matéria, sendo que a Rússia depende, em grande escala, das suas exportações de energia (Rapier, 2010), apresentando-se a Rússia como maior parceiro energético da Alemanha, enquanto, por sua vez, a Alemanha se assume como mercado mais importante para o gás proveniente da Federação Russa.

Podemos, então, considerar como marco significativo, que atesta a proximidade existente entre estes dois parceiros comerciais, a decisão bilateral de iniciar a construção do denominado Nordstream, decisão esta efetivada a 8 de setembro de 2005 com a assinatura do Memorando de Entendimento sobre

o Gasoduto da Europa do Norte. Este gasoduto, que implica um investimento avultado, assume especial importância tendo em conta o facto de ligar diretamente a Federação Russa à Alemanha através do Mar Báltico, evitando países como a Ucrânia, a Polónia e mesmo os países Bálticos. No entanto, esta intenção, unilateral por parte da Alemanha, que tinha como principal objetivo tornar o país como "porta de entrada energética" da UE, veio criar algum descontentamento, uma vez que, aos olhos dos países vizinhos, não existiu qualquer tipo de preocupação em articular uma política comum europeia no que diz respeito à questão energética (Freire & Daehnhardt, 2011, p. 186). Independentemente disso, esta decisão veio apaziguar o receio alemão de a Rússia não ter forma de atender às necessidades energéticas europeias, como consequência das suas disputas com a Ucrânia.

Em suma, mantém-se a incerteza no que diz respeito à futura dependência alemã relativamente ao gás proveniente da Rússia, apesar das tentativas de encontrar fornecedores alternativos e da, cada vez maior, aposta em energias renováveis. Este receio assume contornos consideráveis após o abandono alemão da produção de energia nuclear até 2022, motivado pelo mais recente acidente nuclear ocorrido no Japão. Não obstante, é necessário considerar que toda a moeda tem o seu reverso, ou seja, não só a Alemanha depende energeticamente da Rússia, mas também a Rússia depende energeticamente da Alemanha e da UE, uma vez que se tem centrado, nos últimos anos, excessivamente, numa política externa extremamente virada para os seus recursos naturais e exportações energéticas para a Europa. Por este motivo, é válido afirmar que: "tanto Berlim como Moscovo têm consciência da importância da segurança energética na Europa e como o futuro das relações entre ambos os países, e a UE, será afetado pela questão do abastecimento energético" (Freire & Daehnhardt, 2011, p. 186).

"A relação entre a Rússia e a Alemanha é, por isso, uma relação *sui generis*. Para a Rússia, a Alemanha é fundamental para projetar interesses russos no quadro europeu na definição da política externa russa face à UE, à OTAN e aos EUA" (Daehnhardt, 2014, p. 144).

4.2. Segurança

Com o objetivo de melhor perceber até que ponto as relações entre a Federação Russa e a aliança transatlântica podem, efetivamente, perturbar o equilíbrio europeu e internacional, torna-se relevante estudar o impacto que as diferentes políticas de Segurança, adotadas pelos diversos agentes, tem no quadro europeu de estabilidade política e económica europeia.

Mais de duas décadas passadas após o término da Guerra-Fria e, consequentemente, o fim da ex-URSS, as relações entre os agentes do espaço atlântico (Europa e Estados Unidos) e a Rússia permanecem complicadas, sensíveis e algo dúbias. Pode ser, então, considerado que, tendo em conta os raros e pobres avanços relacionais entre estes agentes, se passou de um contexto de "Guerra Fria" para um outro de "Paz Fria" (Sakwa, 2011; Karaganov, Teltschik e Olechowski, 2011 apud Daehnhardt, 2014), onde a complexidade está inserida, mais propriamente, na esfera euro-atlântica, do que no espaço exterior a ela (Daehnhardt, 2014, p. 159).

Assim, no que diz respeito à questão da segurança, a Federação Russa faz a distinção entre vários patamares de atuação. Num primeiro plano, Moscovo coloca o território da extinta União Soviética. Relativamente a este "estrangeiro próximo" a Rússia reserva uma espécie de sentimento de posse, não admitindo qualquer tipo de interferência proveniente do bloco ocidental. Sendo esta região, uma região pouco estável, apresenta-se, claramente, como um foco desestabilizador no que diz respeito às relações entre Moscovo e o bloco ocidental, fomentando alguma competição pelo "estrangeiro próximo" aos olhos da Rússia ou aos olhos da UE pela "vizinhança estrangeira", competição essa consumada materialmente com a Guerra da Geórgia (ibidem).

Num segundo plano de atuação, Moscovo estabelece o quadro de segurança existente num contexto euro-atlântico mais amplo. Neste patamar, as diferentes perspetivas de segurança tendem, seletivamente, a convergir, existindo uma busca pela identificação dos interesses comuns aos atores

internacionais (Rússia, Europa e Estados Unidos). No entanto, tal como David Kramer defende, a relação entre a Federação Russa e a OTAN nunca esteve livre de controvérsia (Kramer apud Daehnhardt, 2014). Moscovo tem, ao longo dos anos, olhado para a sua, histórica e permanente, exclusão da estrutura transatlântica com desagrado. Por este motivo, a Federação Russa tem procurado, estrategicamente, a divisão dos aliados através dum sucessivo afastamento entre a Europa e os Estados Unidos. Desta forma, e apesar de a Rússia alternar, apresentando-se tanto de forma cooperativa, como de forma provocadora, existe uma tentativa de influência naquilo que são as políticas europeias de Segurança, com o objetivo claro de se acrescentar os interesses estratégicos russos às decisões europeias (ibidem).

Finalmente, num último plano de atuação, são consideradas pela Federação Russa todas as ameaças provenientes do exterior do espaço euro-atlântico: "caracterizado pelas ameaças globais como o terrorismo internacional, a proliferação das armas de destruição massiva, o crime mundial organizado, assim como ameaças emergentes de países como o Irão e a Coreia do Norte, a incerteza securitária do Afeganistão após a retirada das forças da OTAN, em 2014, ou a instabilidade política que permanece no Médio Oriente, acentuada pela chamada Primavera Árabe. Ao contrário do que acontece nos primeiros dois planos, aqui existe alguma convergência de interesses e cooperação securitária entre a Europa, os EUA e a Rússia, se bem que as mudanças políticas no Médio Oriente, em particular na gestão das crises da Líbia e da Síria, decorrentes da Primavera Árabe, ou a prolongada questão nuclear do Irão não têm levado a posições conjuntas" (Daehnhardt, 2014).

No que diz respeito a este terceiro plano de atuação, são de destacar dois pontos: o Controlo de Armamentos, no qual se inclui a preocupação relativa à proliferação das armas de destruição massiva (ADM) e o combate ao terrorismo.

Em primeiro lugar, será tratada neste capítulo a questão do controlo de armamentos, questão esta que está na origem de numerosos desentendimentos entre os dois blocos, ocidental e oriental. Para isso, torna-se de relevada importância perceber o que são e definir as Armas de Destruição Massiva. “Na teoria sobre ADM identificam-se quatro tipos diferentes – biológicas, químicas, radiológicas e nucleares” (Cirincione, Wolfsthal, & Rajkumar apud Baltazar, 2015). No entanto, se considerarmos “que, para a sua definição, existe uma associação direta ao desenvolvimento tecnológico – grau de letalidade, consequência do uso e disponibilidade de medidas de proteção contra elas – poder-se-á imaginar a possibilidade de, no futuro, haver outros tipos de armas. Não sendo as armas químicas, biológicas e radiológicas de descurar face ao seu poder de destruição, as armas nucleares são, até à data, as de efeitos mais devastadores e aquelas que têm sido usadas por alguns estados (e.g., Estados Unidos da América e Rússia) nas suas estratégias de dissuasão” (Baltazar, 2015).

Deve-se, então, considerar que, a proliferação de armas nucleares representa, de facto, uma das mais significativas ameaças à segurança internacional. Esta ameaça assume proporções ainda mais preocupantes se for considerada a, cada vez maior, possibilidade de atores não Estatais terem acesso a este tipo de armamento, possibilidade essa potenciada pela globalização e pela liberalização do comércio mundial. É neste âmbito que a variada legislação sobre este tema assume uma especial importância, constituindo uma preciosa ferramenta no controlo deste tipo de proliferação. Aqui é de realçar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) que, apesar de já não se ajustar na perfeição ao novo contexto mundial, se releva como uma das melhores ferramentas no combate à proliferação deste tipo de armamento, assegurando que a mesma se cinge a um número muito limitado de países (Rodrigues, 2007). Assim sendo, “as químicas e as biológicas estão proibidas por tratados internacionais; as nucleares estão permitidas, pelo menos temporariamente, em cinco países – Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França –, estão tacitamente aceites em mais três

– Israel, Índia e Paquistão – mas expressamente proibidas em todos os outros, nos termos do Tratado de Não-Proliferação Nuclear" (ibidem)

No entanto, o problema não reside neste assunto. A discórdia surge aquando da retirada norte-americana do Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos (Tratado ABM), em 2001, juntamente com o desenvolvimento do escudo de defesa antimíssil, apesar da assinatura do Tratado de Redução de Armas Ofensivas e Estratégicas. Esta iniciativa ocidental que se têm vindo a estabelecer na Europa veio promover o aumento do receio de Moscovo relativamente ao bloco transatlântico, tendo sido encarada como uma iniciativa de cariz belicista e agressiva descrita por Vladimir Putin como "Ameaça emergente" (Rodrigues, 2016).

Apesar dos Estados Unidos declararem, categoricamente, que o sistema de defesa antimíssil instalado na Europa não foi pensado tendo em conta as capacidades militares da Rússia, Vladimir Putin reserva-se preocupado com a sua dimensão estratégica, procurando, por isso, reagir buscando soluções que ultrapassem este sistema. No entanto, aos olhos da Federação Russa, este escudo de defesa antimísseis balísticos americanos representa duas ameaças de cariz estratégico. Em primeiro lugar, este escudo tem o poder de diminuir a capacidade nuclear russa, assumindo-se como um elemento desestabilizador, principalmente quando a isto se soma a desvantagem que a Rússia tem vindo a apresentar relativamente ao armamento convencional (com especial foco nas novas tecnologias). Então, se com isto a Federação Russa fica diminuída num contexto nuclear, pode-se assumir que, da mesma forma, perde a garantia de manutenção do seu estatuto enquanto grande potência. Em segundo lugar, a instalação deste sistema gera o risco de lançar Moscovo numa corrida aos armamentos, corrida essa que, tendo em conta um contexto económico extremamente complexo, se pode revelar uma experiência desastrosa como foi anteriormente constatado (ibidem).

Não obstante, a Federação Russa optou por adotar um doutrina militar tanto pragmática quanto preventiva, desenvolvendo o seu próprio sistema de

misseis nucleares com o objetivo de garantir a sua própria segurança (Freire, 2011, p. 171). Mais recentemente a Rússia anunciou ter testado, com sucesso, o lançamento de um novo míssil hipersónico integrado no sistema de mísseis aéreos de alta precisão Kinzhal, míssil que alegadamente terá capacidade de iludir o escudo antimísseis norte-americano (in Público, 2018).

Assim sendo, “as expectativas de que a situação possa mudar são baixas, mas poderá ajudar a melhorá-las ter também presente que nenhuma das partes tem vantagem em mantê-la tal como está. Os EUA vão sentir-se pressionados a voltar a “investir” mais seriamente na defesa da Europa, contra o interesse de colocarem o foco das suas atenções na Ásia/Pacífico. A Rússia ficará mais afastada da possibilidade de algum dia vir a fazer parte de um novo quadro de segurança europeia e terá que investir muito mais para encontrar uma resposta militar à altura da vulnerabilidade em que perceciona a sua situação. A Europa passará a contar com mais apoio militar dos EUA, mas num quadro de segurança que não lhe interessa manter, estando incapaz de lidar com a Rússia sem apoio dos EUA” (Rodrigues, 2016).

Por outro lado, existe a questão do combate ao terrorismo. É nesta área que, apesar das muitas divergências, tanto a Rússia como a Aliança Transatlântica se tendem a aproximar. A este respeito, o atentado às torres gémeas, ocorrido a 11 de setembro de 2001, é meritório de especial destaque, uma vez que representa um marco na mudança do panorama político mundial. Após este acontecimento, a posição adotada pela Federação Russa, repudiando por completo este tipo de ataques, apresentou-se como fulcral para uma aproximação sólida de Moscovo ao Ocidente e, mais especificamente, à OTAN (Morgado, 2013, p. 8).

Após o atentado, a necessidade de combinar esforços no combate ao terrorismo revelou-se de extrema importância. Nesse sentido, a 13 de setembro de 2001, o Conselho Permanente OTAN-Rússia expressou a vontade de ambos os lados em cooperar, nesta área, combatendo a ameaça que este fenómeno representa. Um mês depois, foi acordado um primeiro plano

cooperativo de ação, plano esse que veio realçar a urgência de uma melhor colaboração entre estes dois atores, com o objetivo de melhor responder aos novos desafios de Segurança (Kelin, 2005).

Neste âmbito, tendo em conta aquilo que a Federação Russa tem para oferecer, é fácil concluirmos que representa um ótimo aliado. Para além da experiência a evitar ataques terroristas e a gerir as suas consequências, a Rússia possui uma forte capacidade ao nível de serviços de informações e por último, mas não menos importante, apresenta-se em regiões relevantes enquanto forte influenciador a nível político. Por outro lado, a OTAN tem à sua disposição, um variado leque de respostas, militares e/ou políticas, a este tipo de conflitos, sendo capaz de transferir informação de forma confidencial, característica importantíssima quando a missão é combater o terrorismo (ibidem).

Desta forma, em maio de 2002, foi criado o Conselho OTAN-Rússia (NRC), realçando a necessidade de existir um esforço relativo à cooperação, efetiva, no que toca ao combate do terrorismo, tornando-se esta temática um ponto-chave nas relações dos dois blocos. Por este motivo, foram, desde logo, estabelecidos novos procedimentos e mecanismos de cooperação potenciadores de uma melhor reaproximação entre a Rússia e a Aliança Transatlântica. Exemplo disso foi o estabelecimento de um plano de ação anual contra o terrorismo, acordado numa reunião do NRC, em junho de 2004. Este plano veio promover um avanço significativo nesta área, efetivando o combate à ameaça que o terrorismo representa, tendo sido elaboradas estratégias de prevenção e combate a este tipo de atividades (ibidem).

Segundo Olga Potemkina, a cooperação russa a nível de contra-terrorismo sempre se realizou através de relações bilaterais com os estados membros da UE. No entanto, o tema tem vindo a ser integrado na agenda política UE-Rússia, revelando-se de extrema importância num contexto de segurança tanto interno, como externo. Com o objetivo de fortalecer esta relação, a 1 de setembro de 2010, foi assinado, entre a UE e a Federação

Russa, um acordo de proteção de informação classificada, acordo esse que veio a permitir a troca de informação confidencial, necessária para um melhor combate ao terrorismo (Pokemtina, 2015, p. 1).

Para além deste acordo, cujo objetivo era aumentar a eficácia da cooperação no combate ao terrorismo, iniciaram-se, em Fevereiro de 2011, discussões de trabalho nesta área, tendo sido elaborada, a 28 de janeiro de 2014, a Declaração Conjunta do Combate ao Terrorismo (Joint statement on combatting terrorism), onde ambos os blocos se comprometeram a (Pokemtina, 2015, p. 2):

- "*considering possibilities for further strengthening cooperation in response to crimes committed by terrorists and organized crime, including exploring prospects of signing cooperation agreements in the future, to ensure, inter alia, an information exchange between Russia and the EU in the sphere of combating terrorism in conformity with their respective internal legislation including data protection standards;*

- *expanding cooperation in exchanging best practices in counter-terrorism and training experts in counter-terrorism through joint seminars, training courses and other activities;*

- *intensifying cooperation in the UN framework and other multilateral fora such as the G8, in particular G8 Rome/Lyon Group, and the Global Counter-Terrorism Forum (GCTF), OSCE, and the Council of Europe, as well as other international organizations actively involved in combating terrorism."*

Mais recentemente, após a ilegal intervenção militar russa na Ucrânia e consequente violação de soberania e integridade territorial, foi, em abril de 2014, suspensa a cooperação entre a OTAN e a Rússia. Apesar disso, a Aliança concordou em manter canais de comunicação abertos, no NRC e no Conselho de Parceria Euro-Atlântico, a nível diplomático, permitindo a partilha contínua de pontos de vista (NRC, 2017).

(Página intencionalmente deixada em branco)

4.3. Questão Síria

No âmbito da elaboração da presente dissertação, torna-se imperativo perceber o conflito que, atualmente e desde 2011, decorre na Síria. Este conflito, “para além de se apresentar como um flagelo, quer para os habitantes daquele território, qualquer que seja a sua etnia ou credo, nas suas mais variadas vertentes”, tem uma enorme influência naquilo que é o equilíbrio estratégico dos atores internacionais que aí intervêm, levantado questões políticas, diplomáticas e mesmo humanitárias (Prazeres, 2013, p. 1).

Nessa medida, podemos considerar que existem diversos modos de encarar concetualmente a situação conflituosa observada na Síria. Se por um lado, “o problema central está na segurança humana e na defesa dos direitos humanos de todas as pessoas que são cilindradas pelas consequências do conflito, quer como baixas fruto da violência dos combates, quer como desalojados e refugiados, afastados das suas propriedades e dos seus meios de subsistência”, por outro, “a questão reside na saída do poder por parte de Bashar al-Assad e na ultrapassagem da "red line" em virtude do emprego de armas químicas”. No entanto, tendo em conta a elevada complexidade do conflito, os importantes atores, regionais e internacionais, que nele estão envolvidos e ainda as fortes posições adotadas por Estados membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, este tema deve ser considerado como determinante naquilo que é a segurança e a manutenção de paz internacional e “de relevância acrescida para todos os Estados que acompanham os acontecimentos na Síria e que, de alguma forma, são afetados ou poderão vir a sê-lo no decurso do conflito” (ibidem).

De forma geral, este conflito, após ter sido despoletado no decorrer da Primavera Árabe em 2010, tornou-se relevante com o escalar de tensões observado a partir de 2011, espelhando uma complexa divisão, tanto a nível político como estratégico na região do Médio Oriente. Assim, por um lado estabeleceram-se os apoiantes do regime de Bashar al-Assad, o Irão, o Iraque e o Hezbollah e por outro os apoiantes do movimento de oposição rebelde, a

Arábia Saudita, o Qatar e a Turquia, o que não impede, ainda, a possibilidade demonstrada por parte dos Curdos, da Jordânia e de Israel de manifestar outros interesses resultantes do conflito (Barnes-Dacey & Daniel, 2013).

Assim, “os países do Golfo, temendo que a onda de contestação popular pudesse por em causa os seus próximos regimes, teriam preferido que Assad conduzisse algumas reformas a fim de apaziguar os ânimos. Em vez disso, o poder Sírio, apoiado pelo Irão, optou por uma política de repressão violenta, levando a que países como a Arábia Saudita e o Qatar tenham manifestado um apoio à mudança de regime na Síria. Os sunitas têm apoiado a oposição ao governo sírio e o Irão aparenta temer mais uma afirmação sunita na região do que propriamente as qualidades do regime de Bashar al-Assad (Barnes-Dacey & Daniel apud Prazeres, 2013)”.

Importa, então, no âmbito da presente dissertação, perceber a posição de alguns atores internacionais relativamente à questão Síria, destacando-se a OTAN, a Federação Russa e a Europa.

Nesse sentido, a OTAN, optou por (à semelhança da posição internacional) condenar a utilização de armas químicas, tomando uma posição que se pode classificar de prudente, “apoiando-se na legitimidade das Nações Unidas para esclarecer a verdade”. No entanto, a 21 de agosto de 2013 e antes da apresentação das conclusões do relatório elaborado por agentes da ONU que se deslocaram ao local afetado, demonstrava como certa a utilização e emprego, por parte do regime sírio, de armas químicas contra civis (Rasmussen, Nato Secretary General Statement on North Atlantic Council Meeting on Syria, 2013). “Tomando como referência as declarações de Ban-Ki-Moon de 16 de setembro de 2013 quanto à evidência do emprego de armas químicas na Síria, o Conselho OTAN-Rússia sublinhou o facto deste uso ter sido declarado como uma grave violação das regras do Direito Internacional, pelo que a comunidade internacional terá que pedir responsabilidades aos prevaricadores (OTAN apud Prazeres, 2013, p.4)”.

Por este motivo, a Aliança Atlântica decidiu apoiar, declarativamente, um acordo consensual entre os EUA e a Federação Russa, acordo esse que promovesse o controlo e destruição das armas químicas pertencentes ao arsenal sírio, dando a entender que, na sua convicção, a resolução do conflito passava antes pelo fim “da carnificina com que a comunidade internacional se tem deparado (Rasmussen, 2013)”.

Ainda assim, fazendo alusão ao Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (referente à "ação com respeito às ameaças à paz, quebras de paz e atos de agressão"), a OTAN, em concordância tácita com a Rússia, não descarta a possibilidade de agir punitivamente para com o regime sírio, existindo, no entanto, uma probabilidade reduzida de intervir militarmente no terreno (Prazeres, 2013, p. 5)

Por outro lado, o governo russo tem-se apresentado como um dos principais apoiantes do regime de Bashar al-Assad, impedindo até, por via do Conselho de Segurança das Nações Unidas, qualquer tipo de intervenção armada externa na região. Na opinião russa, qualquer intervenção militar americana na Síria será encarada como uma “agressão” e “atentado contra a segurança internacional. Consequentemente, o ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergei Lavrov, veio, com o objetivo de diminuir o clima de tensão instalado na região, propor uma nova modalidade de controlo do arsenal químico sírio. Não obstante, a situação, ganhando outros contornos, não se tornou menos complexa (Perkovich & Levit, 2013). Por este motivo, existe quem defenda que a Rússia, através deste conflito, se tem tentando estabelecer no panorama internacional enquanto ator internacional, igual, em poder, aos EUA, mas, diplomaticamente, mais forte (Stratfor, 2013).

Relativamente a esta nova proposta para o controlo de armamentos químico, Akulov considera a sugestão russa como constituindo uma mais-valia para a resolução política e diplomática na região do conflito, apresentando-se como uma relação “win-win” em que todos os intervenientes sairiam a ganhar (Akulov, 2013). No entanto, é de salientar que o mundo não mais se concentra

no espaço euro-atlântico, existindo outros atores internacionais, tanto individuais como coletivos capazes de influenciar os rumos daquilo que é a orientação do panorama internacional (ibidem).

Por conseguinte, “estes atores permanecem atentos ao processo e que têm uma palavra a dizer, ostentando um peso político local e regional considerável, se comparado com a União Europeia. Apesar de uma procura concertada de soluções para a crise Síria, Sergei Lavrov continua a manter alguma pressão sobre a comunidade internacional insinuando suspeições sobre a origem dos ataques químicos e sugerindo que não foram consideradas todas as fontes de notícias” (Prazeres, 2013, p. 6).

Finalmente, a União Europeia têm-se revelado incapaz de levar a cabo qualquer iniciativa preponderante na gestão do conflito sírio, vendo-se obrigada a embarcar naquilo que são as políticas externas individuais dos seus Estados membros. Exemplo disso são as diferentes posições do Reino Unido e da França relativamente ao assunto, materializando a incompetência de definir uma política forte e comum em relação a este assunto. Não obstante, a UE tem-se afirmado no processo de desmantelamento do arsenal químico sírio e no que diz respeito à reconstrução do país, representando um dos mais fortes doadores nesta matéria (Asthon, 2013).

É, então, possível afirmar que, dada a complexidade do atual cenário da Síria, qualquer tipo de intervenção militar que apoie o derrube do governo sírio, mesmo sem tropas no terreno, não será vista com bons olhos. “A força dos apoiantes desta modalidade equilibra-se com a daqueles que apenas aceitam o que for legitimado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas”. Ou seja, qualquer intervenção poderá “assumir contornos de relevada importância para o desenrolar do conflito na Síria”, dificultando em grande escala o estabelecimento de cenários de prospeção, por parte da comunidade internacional, com o objetivo de diminuir as consequências avassaladoras dos confrontos no terreno e dos conflitos regionais que visam a obtenção de poder (Prazeres, 2013, p. 8).

A intervenção militar russa na Síria, que materializa o seu envolvimento político na região, veio realçar a importância atribuída às dinâmicas do Médio Oriente naquilo que são as orientações políticas externas da Federação Russa. Desta forma, Moscovo encontrou neste conflito uma forma de estabelecer os seus interesses na região, neutralizando, ao mesmo tempo, a presença e influência ocidental na mesma. Procurando afirmar-se, de novo, enquanto ator fundamental no teatro internacional, a Rússia tem vindo a envolver-se nos mais relevantes assuntos da "agenda internacional" enquanto fonte de poder autónoma contrapondo-se aos interesses ocidentais. "As negociações em torno da Guerra da Síria atestam a proeminência – diplomática e militar – adquirida por Moscovo no que tange às consequências do conflito" (Pautasso & Rocha, 2017).

Assim, assegurando a permanência do regime de Bashar al-Assad no poder, a Federação Russa tem conseguido garantir, estrategicamente, o apoio logístico necessário à sua presença militar na região Mediterrâneo Oriental. Dessa forma, "a formação de um "bastião estratégico sul" na região do Mar Negro, cria condições para salvaguardar os seus interesses regionais e contestar a crescente presença militar da OTAN dos últimos anos", tornando óbvio que qualquer decisão tomada, na região do Médio Oriente, deverá ter em consideração os principais interesses de Moscovo. Com este rearranjo de forças na região surgem novos dilemas e conflitos de interesse, representando a Rússia um importante ator na balança de poder do Médio Oriente, reinserindo-se nas dinâmicas da região (ibidem).

Mais recentemente, como resposta ao alegado ataque químico prepertado contra civís, no dia 7 de abril, pelas forças ligadas ao regime de Assad, foi efetuada uma operação militar de bombardeamentos de precisão na Síria, onde estiveram envolvidos meios Americanos, Ingleses e Franceses (Carvalho & Salcedas, 2018). Este ataque químico insere-se numa série de episódios de uso de armas químicas pelo governo e até grupos terroristas, apesar do arsenal químico sírio ter sido pretensamente desmantelado em 2013, com supervisão internacional.Este conjunto de iniciativas tem vindo a

promover o aumento do clima de tensão, já instalado na região, levando mesmo o Presidente russo, Vladimir Putin, a afirmar que “se tais ações, que são uma violação da Carta das Nações Unidas, voltam a acontecer, tal provocará inevitavelmente o caos nas relações internacionais (Jornal Económico; Lusa, 2018)”. No mesmo sentido, António Guterres, secretário-geral da ONU, na reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas pedida pela Rússia, afirmou que “a Guerra fria voltou” e que “as crescentes tensões, e a incapacidade de alcançar compromissos para estabelecer um mecanismo de responsabilização, ameaçam conduzir a uma total escalada militar".

No entanto, “se para uns o conflito se pode resumir a uma guerra civil interna, com repercussões locais, abrangendo os polos de poder mais próximos, para outros, cada vez mais se trata de um quebra-cabeças humanitário e estratégico com dimensões para além das meramente regionais (Prazeres, 2013, p. 8).”

4.4. Aproximação Russa à Ásia

Nos últimos anos, a região Ásia-Pacífico tem vindo a assumir-se, no quadro internacional, como um local de extrema importância, tornando-se um pólo atrativo, especialmente no âmbito económico. No entanto, apesar de se situar, geograficamente, junto das fronteiras desta região, a Federação Russa "esteve relativamente ausente da mesma nas últimas décadas". Este "desinteresse" explica-se, de forma relativamente fácil, se for tido em conta o processo resultante da desagregação da antiga União Soviética, processo no qual os vetores da política externa russa se orientaram, essencialmente, para ocidente e, só mais tarde (com contornos limitados) se abriram à região asiática, representando, inicialmente, um "exercício de contrapeso à hegemonia dos Estados Unidos da América no sistema internacional" (Freire, 2013, p. 44).

"O discurso relativo a uma ordem multipolar esteve sempre muito presente nos discursos institucionais e na política russa, neste mesmo alinhamento, até à guerra da Geórgia de 2008. Desde então, e face ao que a Rússia entendeu como um ganho diplomático significativo, a postura russa tem sido de maior confiança, assumindo-se como um ator fundamental nas relações internacionais a par de outros atores, num sistema que define como multipolar. Nesta mesma linha, a inclusão do vetor económico como central à sua política externa visa consolidar a presença e o papel da Rússia na sua área preferencial de atuação (o espaço da Comunidade de Estados Independentes – CEI), e para além deste" (ibidem).

Desta forma, a presença russa na região centro-asiática (onde se incluem cinco repúblicas da extinta União Soviética: Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão) tem sido reforçada, de forma gradual, desde o final da URSS. "À medida que a política externa russa abandonou o ocidente como prioridade central, após o período de entusiasmo inicial, e se concentrou na afirmação de uma esfera de influência no seu 'estrangeiro próximo' (na Comunidade de Estados Independentes (CEI)), visível

já, em meados da década de 1990, as relações com a Ásia Central voltaram a ser uma parte fundamental dos interesses russos." No entanto, a reentrada russa nesta região acontece na altura em que se dá a abertura da Ásia Central a todo um conjunto de dinâmicas, de caráter fundamental no contexto da globalização geopolítica e económica, "dividindo a região entre pólos distintos de atração: o ocidente, a Rússia e a China" (Simão, 2014, p. 113)

De facto, numa fase inicial, todo o processo de reconfirmação dos interesses da Federação Russa na região revelou ser, de certa forma, reativo aos desenvolvimentos ocorridos no terreno, como por exemplo a guerra civil no Tajiquistão ou a presença crescente das companhias energéticas ocidentais no Cáspio. No entanto, a chegada de Vladimir Putin à presidência, no ano de 2000, veio reforçar e clarificar os interesses russos na região asiática, tendo sido definidas estratégias de atuação que se vieram a revelar mais determinadas na resposta às novas dinâmicas aí existentes. "O recurso à institucionalização da cooperação económica e de segurança foi uma forma, relativamente barata, de manter a região sob influência de Moscovo, por exemplo através da criação da Comunidade Económica da Eurásia (CEdE) ou do Tratado de Segurança Coletiva (TSC), em 1992, ao passo que o investimento nos recursos energéticos se adequou à estratégia russa de se transformar na principal potência energética da Eurásia". Assim, numa altura em que ter acesso a recursos energéticos é uma questão fulcral no contexto do crescimento económico a nível internacional, o "monopólio" sobre o acesso às reservas energéticas da Ásia Central revelou-se fundamental na afirmação internacional da Federação Russa (Kramer, 2008).

No final, mas não menos importante, surge o combate global ao terrorismo que representa a mais recente dinâmica que veio afetar "os processos de globalização e competição hegemónica na Ásia Central". Relativamente à política externa russa, esta nova ameaça revelou ser "o maior desafio aos seus interesses", uma vez que, até ao surgimento da mesma, era a Federação Russa que detinha, por exclusivo, a presença militar na região. No entanto, tendo em conta a crescente interdependência mundial e a disputa

hegemónica na Ásia Central, a sua segurança tornou-se objeto de competição, em vez de se tornar ponto de cooperação e reflexão conjunta. “Para a Federação Russa, estes foram desafios importantes para a sua política externa pós-Guerra Fria, não só por a Ásia Central ser um dos últimos redutos de influência no espaço da ex-URSS, mas também pelas dinâmicas de interdependência que regulam o atual sistema internacional e que ligam os interesses de Moscovo, com os de Pequim e de Washington (Simão, 2014, p. 115)”.

A respeito da China, é possível afirmar que, “atualmente, e porventura mais do que nunca, o relacionamento sino-russo poder-se-á caracterizar como baseado na “pura conveniência”, e como tal encerrando um elevado circunstancialismo, tendo a Federação Russa plena consciência da necessidade chinesa dos seus recursos naturais, porém assumindo igualmente que o vigor chinês representa uma múltipla ameaça a médio e longo prazo para o Leste russo, especialmente demográfica e económica, com a consequente influência geopolítica que projeta” (Fânzeres, 2014, p. 98).

Apesar disso, estando esta relação bilateral apoiada, essencialmente, no pragmatismo com que ambos os atores a assumem, é introduzido o caráter circunstancial da mesma, podendo então, melhor definir-se esta relação com os termos “parceria de âmbito limitado” ou “utilitarismo” (Lo apud Fânzeres, 2014, p. 98), excluindo-se, assim, a possibilidade de encarar este relacionamento, como uma verdade parceria estratégica, “de genuinidade e exequibilidade duvidosa”. No entanto, neste momento, esta relação de circunstância tem-se vindo a materializar com preocupações comuns, merecendo destaque “a estabilidade das respetivas áreas de influência e fronteira comum, a negação de um sistema internacional de génese unipolar de liderança norte-americana e consequente promoção da multipolaridade do sistema internacional, bem como a prevenção de fenómenos potenciadores de conflitualidade, em especial na Ásia Central” (Fânzeres, 2014, p. 98).

No que diz respeito à cooperação energética entre estes dois atores, é de registar a complicada relação entre as empresas estatais de ambos os intervenientes, “não apenas pelo potencial que a China já possui nesse setor…mas essencialmente pela força negocial que este ator possui”. Apesar de, em 2011, ter sido inaugurado o primeiro oleoduto sino-russo, logo surgiram pontos de discórdia entre os dois países tendo por base os preços propostos pela Rússia, repetindo-se o mesmo aquando do acordo de venda de gás natural proveniente da Federação Russa. Desta forma, todos estes desentendimentos potenciaram a procura chinesa pela diversificação das fontes abastecedoras, ditando o fim do monopólio russo no sistema de fornecimento energético à Ásia Central “materializado pela construção do oleoduto sino-casaque e do gasoduto que liga o Turquemenistão à China, com trânsito pelo Cazaquistão e Uzbequistão” (ibidem).

No âmbito da segurança, “no quadro de relacionamento securitário, uma eventual opção russa centrada no conceito de uma partilha de responsabilidades, e na qual é desejada pela Federação Russa a focalização no setor de segurança e defesa, enquanto a China se centraria no plano económico, terá reduzidas hipóteses de perdurar já que é uma relação de tipologia significativamente assimétrica, na qual a rápida evolução do vetor militar chinês, com a consequente capacidade de projeção externa, é claramente potenciada pelo vetor económico”. Por este motivo, a China revelou já ter interesse em reforçar os mecanismos da SCO num contexto de segurança e defesa, tendo, por base, essencialmente, por base preocupações relativas à segurança das infraestruturas energéticas e dos investimentos realizados na região centro-asiática (ibidem).

.

Por fim, no plano militar, torna-se importante salientar que, tal como José Fânzeres indica, “apesar de entre 1999 e 2010 as aquisições chinesas de armamento e equipamento militar à Federação Russa totalizarem cerca de 90% do seu total de importações, desde 2005 a China não efetuou qualquer grande aquisição à Federação neste domínio, sendo variadas as causas subjacentes a esta situação”. Não obstante, é possível afirmar que, a cada vez

maior independência chinesa a nível de tecnologia militar aliada à sua crescente capacidade de satisfazer as suas necessidades internas e das suas Forças Armadas, se apresenta como principal fator para explicar “o facto de a China se encontrar atualmente atrás da Índia ou da Argélia enquanto importador de material militar russo”, existindo ainda assim limitações significativas no que diz respeito à tecnologia chinesa não sendo por isso, ainda, posta de parte a possibilidade de adquirir à Federação Russa “sistemas de defesa aérea e transporte aéreo estratégico”, bem como requisitar apoio para a construção naval de combate (ibidem).

Por outro lado, relativamente ao plano geopolítico, a índia “tem sido tradicionalmente encarada pela Federação Russa como um ator com potencial passível de limitar e contrabalançar a crescente influência chinesa, sendo também por isso considerada uma prioridade no plano do relacionamento bilateral”. Apesar desta relação se assentar historicamente na confiança mútua, ainda não se reergueu totalmente após se ter degradado durante a era Yeltsin, tendo-se assistido, no entanto, a uma recuperação progressiva da mesma, mesmo que seja pouco provável, em termos práticos, que se volte a estabelecer no “nível de parceria estratégica da era soviética” (ibidem).

Não obstante, são de destacar alguns pontos de comunhão entre estes dois atores internacionais, entre os quais (ibidem):

- O apoio russo à Índia no sentido de esta adquirir o estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

- O apoio à sua adesão como membro de pleno direito da SCO;

- A reforma do processo decisório no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial;

- O interesse que a Índia implicitamente tem demonstrado na União Aduaneira entre a Federação, a Bielorrússia e o Cazaquistão.

No entanto, meritório de destaque, é a vulnerabilidade que a Índia apresenta no que diz respeito à satisfação das suas necessidades energéticas, encontrando-se numa posição sensível derivada da sua dificuldade em aceder às reservas energéticas tanto asiáticas, como às que se encontram localizadas no Médio Oriente, sendo, por isso, completamente dependente do Irão (seu principal fornecedor). Neste sentido, a Federação Russa, ao contrário dos EUA, apresenta-se como um forte apoiante de dois projetos (Oleoduto Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia e Oleoduto Irão-Paquistão-Índia) "cuja execução poderá receber um significativo impulso no quadro da concertação que sobre eles possa ser obtida na SCO, organização onde a Índia, a par do Paquistão, possui já estatuto de observador, e em que a Federação é igualmente um forte apoiante à sua entrada como membro de pleno direito" (ibidem).

Por fim, no âmbito das relações económicas bilaterais, é de realçar a sua natureza, quase exclusivamente, comercial, não existindo fatores de carácter geopolítico "sendo por isso relativamente frágil, pouco diversificado e especialmente focalizado no setor da defesa". Neste setor, a Rússia mantém-se como principal parceiro da Índia, sendo que aproximadamente 70% dos seus equipamentos e sistemas de armas provêm da Federação Russa. Não obstante, esta posição tem vindo a ser ameaçada pela "política de diversificação e de autonomia que a Índia tem vindo a prosseguir", surgindo outros atores como Israel, a França, o Reino Unido e os EUA que, dada a maior "fiabilidade, disponibilidade, competitividade e qualidade que os seus equipamentos e sistemas de armas apresentam", se têm vindo a consolidar (ibidem).

.

Desta forma, é possível afirmar que a estabilidade da região "*much will depend on how Moscow, Beijing, and New Delhi manage the growing*

asymmetries in their individual relationships. Another challenge will be to reconcile contrasting visions of global governance in a post-unipolar world, and develop new structures for a more equitable and effective system. The size of the task is accentuated against the backdrop of growing foreign policy ambitions in all three capitals an the resurgence of traditional geopolitics (Lo, 2017)."

(Página intencionalmente deixada em branco)

5. Possibilidades e Limites das Relações Leste-Oeste

Neste trabalho, começámos por analisar a perceção da Rússia em relação à política externa da Europa em temas que são do interesse comum. Num segundo momento, repetimos o processo no sentido inverso, procurando perceber que avaliação faz a Europa da política externa russa e o modo como estes dois atores interagem em diversos aspetos da política europeia e internacional.

Socorrendo-nos dos contributos do construtivismo, na variante que enfatiza os aspetos não materiais de ordem interna, na compreensão das decisões tomadas na ordem externa, foi possível compreender como a construção identitária russa e as suas variações ao longo do tempo têm condicionado as reações russas aos desafios do ambiente internacional e às políticas da EU e OTAN. A Europa é uma geografia central tanto para os euro-atlantistas como para os euroasianistas e os partidários da "Rússia primeiro", o que muda é o tom da relação com o continente, cordato no primeiro caso, mas confrontacional com as posições das organizações de segurança e defesa europeias, nos outros dois casos.

No entanto, nas duas opções que se afastam do modelo das democracias liberais europeias o ressurgimento russo tem de ser equacionado no quadro de uma trajetória claramente ascendente da China, o que coloca em cima da mesa o desejo, ou pelo menos uma certa utilidade na promoção de alguma normalização estratégica com a Europa, com o objetivo de estabilizar a fronteira ocidental da Rússia e consequente foco no flanco leste. Neste cenário, os Estados Unidos são o principal obstáculo a este tipo de *modus vivendi*, em razão das suas posições na OTAN – política de porta aberta a países que pertenceram à ex-URSS ou à sua antiga esfera de influência no Centro e Leste da Europa, sistema de defesa anti-míssil - e em relação a outros espaços fora do teatro europeu onde, por regra, os interesses americanos e russos chocam frontalmente. O sistema de defesa anti-míssil da OTAN, que tem nos Estados Unidos o grande proponente e pivot tecnológico, tem provocado receios a

Moscovo em relação à sua capacidade de saturar as defesas da Aliança,o que só contribui para aumentar o significativo fosso existente em termos de tecnologias militares. De recordar que Moscovo procurou, num primeiro momento, associar-se a esta iniciativa estratégica da OTAN como forma de aceder a tecnologias militares que sozinha não poderia desenvolver. Perante a recusa dos Aliados, Moscovo parece não ter outro caminho senão investir e reforçar a sua capacidade ofensiva por forma a enfrentar este desafio estratégico.

Num contexto mais amplo, a Ucrânia simboliza a necessidade de afirmação da Rússia em territórios onde a sua presença histórica e política exigem a continuação de um forte ascendente político ditado por razões de segurança. Esta política é essencial para garantir a segurança do país e a sua capacidade de projectar poder, ao mesmo tempo que permite uma via de afirmação internacional que passa pelo reconhecimento, especialmente por parte dos Estados Unidos, do seu estatuto de grande potência, com o objetivo de ser tratada de "igual para igual" por Washington na Europa e fora dela.

Já o ponto de vista dos europeus em relação à imagem da Rússia e da política externa que vem seguindo, ficou claro nesta investigação que as duas organizações não são homogéneas, não tendo em muitos casos uma posição oficial comum sobre acontecimentos despoletados pela Rússia sendo ainda observável a existência de fortes laços bilaterais entre países europeus e a Rússia por motivos históricos, políticos e económicos que, ora fazem parte de agendas próprias, ora tentam multilateralizar as visões nacionais no quadro da EU e OTAN.

No que diz respeito às relações entre a Europa e a Rússia, observou-se, durante os anos noventa, uma aproximação institucional, de cariz essencialmente político, entre estes dois atores. Neste sentido, é possível afirmar, tal como Sandra Fernandes, que "existe um quadro único e institucionalizado de cooperação entre a UE e a Rússia que tem produzido

resultados específicos, principalmente em domínios económicos (2014, p. 218)".

No entanto, este clima de cooperação veio expandir-se e aprofundar-se para lá daquele domínio, sendo que, por exemplo, "as questões de segurança são discutidas sistematicamente desde 2000 e outros campos, como educação e assuntos internos, também foram desenvolvidos (Fernandes, 2014, p. 218)". Não obstante uma clara tentativa de aproximação, a relação entre os dois Estados tem fracassado no estabelecimento efetivo de acordos representativos de reais resultados de cooperação (ibidem).

"Do ponto de vista da UE, o propósito da relação com Moscovo foi, inicialmente, de evitar novas linhas divisórias na Europa, depois de se ter superado as divisões bipolares da Guerra Fria. A aproximação de ex-inimigos emergiu, principalmente a partir de final dos anos noventa. Desde 1999, o relacionamento ganhou uma maior densidade estratégica. Concretamente, um quadro institucional de cooperação foi criado, composto por cinco elementos principais (Fernandes, 2014, p. 211):

i) O Acordo de Parceria e Cooperação (APC) de 1997, que constitui a base institucional da relação UE-Rússia.

ii) Em 1999, dois documentos estratégicos foram adotados pelas duas partes (European Council, 1999; The Russian Federation, 1999).

iii) Desde 1998, ocorrem cimeiras bianuais.

iv) Órgaos de cooperação técnica, que preparam as cimeiras e implementam decisões.

v) Os programas de cooperação da UE são também instrumentos para o relacionamento criados por Bruxelas."

Ainda no quadro cooperativo é de destacar o ano de 2003. Este ano veio assumir-se como um marco, representando um ponto de viragem ao trazer uma nova estrutura de cooperação. Nesse sentido, estabeleceram-se, nesse ano, na cimeira de São Petersburgo, quatro espaços comuns (European Commission apud Fernandes, 2014, p. 212):

1. Espaço Económico Comum;

2. Espaço Comum de Liberdade, Segurança e Justiça;

3. Espaço Comum de Cooperação no domínio da Segurança Externa

4. Espaço Comum de Investigação, Educação e Cultura.

Por outro lado, é, também possível considerar a referência de valores partilhados contidos em vários documentos importantes, no âmbito de uma relação EU-Federação Russa sincera, outra das componentes pertencentes ao quadro de cooperação institucionalizada (European Council, 2001, p. 13). Neste sentido, "o Conselho Europeu de Gotemburgo, em junho de 2001, definiu -os como sendo o estado de direito, a boa governação, o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias, a promoção de boas relações de vizinhança, os princípios da economia de mercado e o desenvolvimento sustentável (European Commission apud Fernandes, 2014, p. 213)".

Assim, as áreas de cooperação abrangem vários setores, dos quais se destacam os seguintes (Fernandes, 2014, p. 213):

a) Reforma da Banca;

b) Economia e Comércio;

c) Energia;

d) Direitos Humanos e Sociedade Civil;

e) Liberdade, Segurança e Justiça;

f) Política Regional;

g) Ciência e Tecnologia;

h) Espaço;

i) Vistos e Readmissão.

"No entanto, apesar dos resultados e das promessas do quadro de cooperação institucional UE-Rússia, a situação evoluiu de forma menos satisfatória para ambas as partes. O segundo mandato do presidente Putin (2004-2008) correspondeu a uma mudança na perceção da Rússia da sua posição em assuntos europeus, mas também a uma mudança de atitude da UE alargada em relação a Moscovo. Bruxelas tornou-se mais exigente e mais observadora dos assuntos internos russos, em particular no que concerne o funcionamento do seu regime político. Além do mais, esta atenção redobrada prendeu-se também com o processo de inclusão de novos Estados membros na UE com memórias históricas difíceis em relação à Rússia (ibidem, p. 216)".

Existe, portanto, um conjunto de fatores que promove o estabelecimento de fortes limitações, no que diz respeito à relação entre estes dois atores internacionais. Se por um lado, "existe um desequilíbrio entre os quatro principais domínios de cooperação, em favor da cooperação económica", dificultando uma melhor cooperação, por outro, "as dificuldades em encontrar soluções aumentaram durante o segundo mandato de Putin". De facto, a persecução pelo respeito de valores e princípios apresenta-se como uma referência orientadora da relação tendo, no entanto, "sido cada vez mais desafiada por falta de cumprimento". Desta forma, assistimos a um escalar de tensões, criando-se obstáculos "à obtenção de resultados de cooperação (ibidem, p. 219). Torna-se ainda importante referir que, a constante violação

russa das normas impostas pelo Direito Internacional, a par da contínua posição, excessivamente agressiva, com que a OTAN encara os assuntos relativos à Federação Russa – bem como alguma ambiguidade em relação ao cumprimento do Direito Internacional pela Aliança e os seus membros -, representam mais um dos fatores promotores da existência de limitações nesta relação.

De qualquer modo, não são de descartar as possibilidades e as áreas de cooperação possíveis. Neste sentido, devem ser tidos em conta alguns fatores capazes de se revelarem de extrema importância para uma verdadeira, e enriquecedora, aproximação entre a UE e a Federação Russa:

- Dependência energética da Europa em relação à Rússia;

- Interesse mútuo na contenção da ameaça terrorista de matriz islâmica, embora numa lógica caso a caso;

- Claro desinvestimento Americano na Europa;

- Vertente europeísta da Federação Russa;

- Existência de países europeus com ambição de ver o espaço Euroatlântico alargado a Leste;

- Posição Russa enquando forte opositor das posições americanas;

- Possibilidade de, juntos, voltarem as suas políticas externas para a região da Ásia-Pacífico com ganhos conjuntos em termos de poder no sistema internacional em mutação acelerada.

Concluindo, é, neste momento e mais do que nunca, extremamente importante perceber até que ponto deverá o ocidente tolerar uma espécie de "esfera de influência russa" dentro do limite do razoável, do ponto de vista político e dos limites do Direito Internacional, permintindo, desse modo, alcançar uma plataforma de entendimento minimamente satisfatória para as

partes envolvidas. Assim, como defende Sandra Fernandes, idealmente, esta relação "surgiria a partir de uma cooperação mais orientada para os resultados, condição tida como necessária para tornar a UE e a Rússia os terceiros maiores atores mundiais, atrás dos EUA e da China", evitando que, "sem um esforço conjunto para esse desígnio, o poder da Rússia e da EU" diminuisse para ambas (Fernandes, 2014, p. 220).

"*The EU wants to be Russia's partner in its modernisation. We are indeed Strategic Partners. In many ways we are strongly interdependent. In a spirit of mutual benefit we can only win by deepening our cooperation even further* (Van Rompuy, 2011, p. 2)

Assim, podemos concluir que a relação entre os europeus e a Rússia apresenta traços de competição e cooperação, num quadro de muita ambiguidade. No interior da UE e da OTAN há diferentes sensibilidades no que toca às ambições russas em relação à Europa e ao seu posicionamento no sistema internacional. A ideia de uma Rússia ameaçadora surge, em algumas matérias, na vertente securitária tradicional bem como na economia. Mas, por outro lado, a Rússia pode ser politicamente útil à afirmação da Europa num sistema internacional em que os Estados Unidos estão cada vez menos dispostos a liderar e em que começam a surgir alternativas à sua liderança.

Por outro lado, a interdependência económica entre os dois espaços é um forte fator condicionador de políticas europeias mais musculadas em relação à Rússia, bem como a noção, hoje amplamente enraizada, de que o território europeu não faz parte do eixo central da política internacional, tendo-se deslocado mais para leste.

Ainda assim, os pontos de contacto são difíceis. O terrorismo foi de facto um ponto de cooperação comum após o ataque às Torres Gémeas mas hoje não parece nada claro que esta agenda continue a galvanizar a relação entre estes atores: basta pensar na Coligação internacional liderada pelos Estados Unidos na Síria que combate o terrorismo que aí se instalou e o envolvimento russo de apoio às políticas de al-Assad contra grupos terroristas e muitos

outros grupos armados de oposição ao regime para perceber as diferenças de perceção.

6. Conclusão

Após a análise e o aprofundar dos vários tópicos propostos durante esta investigação, importa avaliar os mesmos em função da questão principal que justificou a pesquisa efetuada. Ao longo de toda a pesquisa foi determinante o estudo e a reflexão por forma a sintetizar e sistematizar um pensamento coerente e estruturante. Serão ainda apresentadas algumas perspetivas para o futuro relativamente ao tema investigado.

Em primeiro lugar, deverá ser relembrada a pergunta de partida no âmbito da pesquisa efetuada: “De que forma o escalar de tensões entre a Rússia e os países da OTAN afeta a segurança europeia?”. Atendendo às observações apresentadas anteriormente, é possível afirmar que, tanto a estabilidade política, como a segurança na região europeia, revelam ser assuntos de extrema importância, de cariz volátil e, por isso, em constante mundança.

Da análise feita, concluímos que, em alguns temas, existe, de facto, uma aproximação entre a Rússia e a Europa, mas noutros, observam-se divergências conflituosas, tendo-se atingido recentemente um nível confrontacional nunca antes visto desde o fim da “Guerra Fria”.

No capítulo 3, foi analisada a Federação Russa e apresentada a sua posição. Deste o início do Séc XXI, a identidade da política orientadora do Kremlin surge no contexto de uma forte globalização, numa época predominantemente dominada pelos EUA. Assim, Moscovo entende que, com vista a recuperar o estatuto de potência mundial, é necessário estabelecer um quadro internacional assente na multipolaridade de atores. Desta forma, a Federação Russa tem vindo a adotar vetores de política externa sustentados por um conjunto de ações que visam a cooperação com outras potências emergentes, principalmente, as potências asiáticas (caso da China), tendo como objetivo retirar os norte-americanos do comando do teatro internacional.

A primeira década do Séc. XXI caracteriza-se, também, pelo desalinhamento permanente com a UE e a OTAN no que diz respeito às suas políticas de porta aberta e ainda com as diferentes posições assumidas no âmbito dos vários conflitos com que a comunidade internacional se tem vindo a deparar (mais recentemente os casos da Ucrânia e Síria). No entanto, a profunda interligação económica com a UE tem condicionado a liberdade de ação russa, obrigando Moscovo a optar por uma política prudente relativamente aos europeus. A Europa constitui o maior importador de recursos energéticos e de matérias-primas da Rússia, acentuando-se, por outro lado, a importância da Rússia para a Europa, enquando principal fonte de recursos energéticos, aparecendo ainda no plano asiático com um crescimento relevante tanto no mercado energético, como no mercado da indústria da defesa.

Neste âmbito, revelou-se de especial importância destacar o setor de referência, no âmbito da cooperação entre estes dois atores: o setor energético. É neste setor que, indubitavelmente, se observou a maior relação de interdependência, sendo o fluxo de bens direcionado, significativamente, para o continente europeu. As crescentes necessidades energéticas da Europa, a sua crescente dependência das importações e a própria necessidade da Rússia de escoar os seus produtos, tornam esta relação importante ao ponto de obrigar a Rússia a assumir esta cooperação como uma das principais prioridades no que diz respeito às relações Rússia-União Europeia.

Do ponto de vista estatístico, os números atestam a importância desta relação. Durante este estudo foi possível observar que no ano de 2017, a participação da Rússia nas importações de gás natural da UE foi de 37,4% (39,5% em 2016) e de 30,9% (31,7% em 2016) nas importações da UE de petróleo e derivados, medida em valor.

Desta forma, estamos em condições de voltar às hipóteses de partida com o objetivo de as confirmar/infirmar. Então, tendo em conta a política

energética russa, de extrema importância para a EU, e a possibilidade deste monopólio de fornecimento energético se tornar uma arma política e económica, é confirmada a Hipótese Secundária 1.1. (A Europa é, energeticamente, dependente da Rússia) não se vislumbrando qualquer inflexão significativa na atual situação de dependência.

Por outro lado, através da análise da visão europeia das posições russas, realizada no capítulo 4, foi possível verificar, apesar das suas várias orientações políticas, uma real tentativa russa de se assumir enquanto potência europeia, procurando continuamente a sua inserção na centralidade política europeia. É neste contexto que a relação bilateral que une a Federação Russa à Alemanha se torna relevante para o estudo, tendo-se observado que a Rússia continua a ser considerada um pilar fundamental na política externa alemã, especialmente em matérias de políticas energéticas e no âmbito internacional de combate ao terrorismo, fazendo com que a relação estratégica entre os dois atores permaneça extremamente forte.

Nesse sentido, o governo de Merkel teve por objetivo, não só reforçar os laços bilaterais existentes com a Rússia, mas procurar inseri-los numa lógica europeia, num quadro de parceria efetivamente forte entre a UE e a Federação Russa, apresentando-se, por isso, a Alemanha como um interlocutor, ou mesmo porta-voz, dos interesses russos no quadro político europeu e transatlântico. Por este motivo, foi possível perceber que os diferentes interesses dos vários estados-membros da UE em relação à Rússia impossibilitam o estabelecimento de uma estratégia de longo prazo comum, promovendo relações priviligiadas, como é o caso da relação Alemanha-Rússia. Desta forma, apesar de, por vezes, a posição alemã relativamente à Rússia ser condicionada pela visão da UE, a Hipótese Secundária 1.2. (Existem, efetivamente, países pertencentes à UE com relações privilegiadas com a Federação Russa) é confirmada.

Já no quadro da Segurança observou-se que a Rússia o divide em vários patamares de atuação. Em primeiro lugar, surge o territórido da extinta

União Soviética onde a Federação Russa não admite qualquer tipo de interferência proveniente do bloco ocidental. Em segundo lugar, é estabelecido o quadro de segurança existente num contexto euro-atlântico mais amplo, procurando, estrategicamente, influenciar aquilo que são as políticas europeias de Segurança, na tentativa de acrescentar os interesses estratégicos russos às decisões europeias e dividir os aliados através dum sucessivo afastamento entre a Europa e os Estados Unidos. Por fim, em terceiro lugar, são consideradas pela Rússia as ameaças provenientes do exterior do espaço euro-atlântico, existindo, neste patamar, alguma convergência de interesses e cooperação securitária entre a Europa, os EUA e a Rússia, ao contrário do que acontece nos primeiros dois patamares.

Desta forma, no seguimento do terceiro patamar, foi criado o Conselho OTAN-Rússia (NRC), colmatando-se a necessidade de existir um esforço relativo à cooperação no combate do terrorismo. Com esta medida, estabeleceram-se novos procedimentos e mecanismos de cooperação que vieram reaproximar a Federação Russa da Aliança Transatlântica, promovendo um avanço nesta área e tornando efetivo o combate à ameaça que o terrorismo representa. Esta temática tornou-se, portanto, um ponto-chave nas relações dos dois blocos e, apesar de, por um lado, em abril de 2014, ter sido suspensa a cooperação entre a OTAN e a Rússia e, por outro, os interesses de ambos os atores não serem completamente coincidentes, em especial quando as suas agendas não se alinham, é possível confirmar a Hipótese Secundária 2.1. (Os países OTAN são importantes aliados da Federação Russa no âmbito do combate ao terrorismo de raíz islâmica).

Relativamente à questão do conflito ucraniano e consequente anexação da Crimeia, observou-se que a Rússia tem tido um papel de elevada importância, protegendo, de forma estratégica, os seus interesses nacionais. Foram ainda encontrados alguns dos fatores que justificam, neste âmbito, a atuação russa: a vontade de Vladimir Putin em reforçar a sua popularidade internamente; as intenções russas de criar um bloco económico euro-asiático, dependente da participação ucraniana; e a responsabilidade de proteger a

etnia russa situada no espaço pós soviético. Percebeu-se ainda que, com a ideia de que esta intervenção se apresenta “como uma extensão de um novo imperialismo russo”, pode representar um aviso aos países do espaço pós-soviético, que tenham a intenção de abandonar a sua esfera de influência.

Apesar da condenação por parte da comunidade internacional, onde se insere a UE e o Bloco Transatlântico, e deste movimento ser ilegal aos olhos do Direito Internacional, optou-se, apenas, por aceitar o desfecho do conflito, procurando-se soluções para prevenir, eficazmente, novas situações que pudessem pôr em risco a estabilidade e soberania ucraniana.

Por outro lado, estudou-se o envolvimento russo na Síria, envolvimento, esse, que espelha a sua implicação política na região, realçando a importância atribuída ao Médio Oriente pelas orientações políticas externas russas. Com o objetivo de estabelecer os seus interesses na região, foi observado que a Rússia tem vindo a neutralizar a presença e influência ocidental na mesma. Assim, foi possível aferir que a Rússia se tem envolvido nos assuntos da “agenda internacional”, balanceando os interesses ocidentais.

Desse modo, foi possível perceber que a Rússia tem vindo a criar condições para salvaguardar os seus interesses regionais, garantindo que terá uma palavra a dizer nos assuntos relacionados com o Médio Oriente. Com este rearranjo de forças na região surgem novos dilemas e conflitos de interesse, representando a Rússia um importante ator na balança de poder do Médio Oriente. No entanto, mais recentemente, realizou-se uma operação militar de bombardeamentos na Síria em resposta ao alegado ataque químico prepertado contra civís, tendo-se verificado, à data da elaboração deste estudo, uma clara escalada de tensões, embora não se preveja que a situação evolua no sentido de um conflito armado.

Desta forma, avaliando, por um lado, as posições adotadas pelos atores internacionais nos mais recentes conflitos (Ucrânia e Síria), e por outro, a forte dependência europeia que a Rússia apresenta na tentativa de escoar os seus

produtos energéticos, é possível afirmar que tanto a Hipótese Principal 1 (A estabilidade, política e económica, do bloco Europa/EUA depende das políticas externas adotadas pela Federação Russa), como a Hipótese Principal 2 (A estabilidade, política e económica, da Federação Russa depende das políticas externas adotadas pela Europa/EUA) foram confirmadas. Relativamente à Hipótese Principal 3 (O escalar de tensões entre a Federação Russa e os países da OTAN enfraquece o posicionamento internacional da Europa), e apesar dos desenvolvimentos mais recentes terem levado António Guterres, secretário-geral da ONU, em reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas a afirmar que "a Guerra fria voltou", não foi possível aferir até que ponto o escalar de tensões entre a Federação Russa e os países da OTAN afetará a o posicionamento internacional europeu no longo prazo.

Ainda, no seguimento da não confirmação da Hipótese Principal 3 na atual conjuntura internacional, observou-se no capítulo 5 que existem, no interior da UE e da OTAN, diferentes sensibilidades no que toca às ambições russas em relação à Europa e ao seu posicionamento no sistema internacional. No entanto, apesar do território europeu não fazer parte do eixo central da política externa russa tendo-se este deslocado mais para leste, a Rússia pode ser, politicamente, útil à afirmação da Europa num sistema internacional, especialmente numa altura em que surgem dúvidas do compromisso americano na Europa.

Finalmente, observou-se ainda que existe, mais do que nunca, a necessidade de perceber até que ponto deverá o ocidente tolerar uma "esfera de influência russa" beneficiando mutuamente os dois atores, numa altura em que é, de facto, nos EUA e na China que o poder está centrado, deixando para trás a UE e, por conseguinte, os seus Estados-Membros.

7. Referências Bibliográficas

Analytic Guidance: The Syria Crisis. (12 de Setembro de 2013). Obtido em 18 de Março de 2018, de Stratfor: https://worldview.stratfor.com/article/analytic-guidance-syria-crisis?utm_source=freelist-f&utm_medium=email&utm_campaign=20130912&utm_term=FreeReport&utm_content=readmore&elq

OEC-Rússia. (2016). Obtido em 2018 de Março de 2018, de The Observatory of Economic Complexity: https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/rus/#Destino

NATO-Russia Council. (16 de Junho de 2017). Obtido em 15 de Março de 2018, de North Atlantic Treaty Organization: https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_50091.htm

Akulov, A. (14 de Setembro de 2013). *Russia score points on Syria and benefits US and World with win-win proposal*. Obtido em 18 de Março de 2018, de Strategic Culture Foundation: https://www.strategic-culture.org/news/2013/09/14/russia-scores-points-on-syria-and-benefits-us-and-world-with-win-win-proposal.html?goback=%2Egde_3122277_member_273747342#%21

Arbatov, A. (2003). The transformation of Russia's Millitary Doctrine in the aftermath of Kosovo and Chechnya. In G. Gorodetsky, *Russia between East and West* (pp. 27-30). Londres: Frank Cass Publishers.

Asthon, C. (14 de Setembro de 2013). *Statment by EU Hight Representative Catherine Asthon following the US-Russia Agreement on Chemical Weapons*. Obtido em 19 de Março de 2018, de http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/138738.pdf

AVERRE, D. (2009). The Russian Military and European Security Cooperation. 89.

Baltazar, A. (Novembro de 2015). *Proliferação de Armas de Destruição Massiva*. Obtido em 7 de Março de 2018, de Revista Militar: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1061

Barnes-Dacey, J., & Daniel, L. (13 de Setembro de 2013). *The regional Struggle for Syria.* Obtido em 18 de Março de 2018, de European Council of Foreign Relations: http://www.ecfr.eu/mena/syria_iraq_lebanon

Becker, B. (Jan./Apr. de 2005). *Geopolítica da Amazônia - Estudos avançados vol.19 no.53.* Obtido em 15 de Janeiro de 2018, de Scielo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005

Blank, S. (2014). From Eurasia with love, American foreign policy interests. *The Journal of the National Committee on American Foreign Policy*, 162-174.

Braithwaite, R. (2014). Russia, Ukrain and The West. *The RUSI Journal*, 62-65.

Brown, B. E. (2014). Europe – and nato – are back. *American Foreign Policy Interests: The Journal of the National Committee on American Foreign Policy*, 201-209.

Bruno, C. (18 de Março de 2018). *Rússia. Vladimir Putin vence presidenciais com mais de 70% dos votos - como aconteceu.* Obtido em 13 de Abril de 2018, de Observador: https://observador.pt/2018/03/18/russos-vao-a-votos-vladimir-putin-a-caminho-do-quarto-mandato/

Carvalho, L. P., & Salcedas, R. (14 de abril de 2018). *"Grande parte" do arsenal químico da Síria destruído.* Obtido em 15 de Abril de 2018, de Jornal de Notícias: https://www.jn.pt/mundo/interior/eua-reino-unido-e-franca-atacam-complexos-quimicos-na-siria-9258558.html

Charap, S., & Darden, K. (2014). Russia and Ukrain. *Survival: Global Politics and Strategy*, 7-14.

Chivis, C., & Rid, T. (24 de Março de 2009). The Roots of Germany's Russian Policy. *Survival, 51*(2), pp. 105-122.

Closson, S. (2009). Russia's Key Customer: Europe. In J. Perovic, R. Orttung, & A. Wenger, *Russia Energy Power and Foreign Relations.* Routledgre: Center for Security Studies.

Cordeiro, P. (18 de Março de 2018). *Análise às eleições na Rússia: Quarto ato de um monólogo tragicómico.* Obtido em 13 de Abril de 2018, de Expresso: http://expresso.sapo.pt/internacional/2018-03-18-Analise-as-eleicoes-na-Russia-Quarto-ato-de-um-monologo-tragicomico#gs.h3eeETU

Daehnhardt, P. (2014). *A Rússia e a Alemanha: uma relação sui generis em mudança.* Obtido em 1 de Março de 2018, de UCDigitalis: URI:http://hdl.handle.net/10316.2/31909

Dias, V. A. (Março de 2015). A Guerra na Ucrânia: As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia. *Relações Internacionais*, pp. 45-55.

Dougherty, J., & Pfaltzgraff, R. L. (2003). *Relações Internacionais -As teorias em confronto.*

Emerson, M. (2014). «After the Vilnius fiasco: who is to blame? What is to be done? *CEPS Essay*, 1-19.

European Commission and the Russian government. (Março de 2013). *Russia.* Obtido em 22 de Fevereiro de 2018, de European Commission: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2013_03_eu_russia_roadmap_2050_signed.pdf

European Council. (15 e 16 de Junho de 2001). *PRESIDENCY CONCLUSIONS, GÖTEBORG EUROPEAN COUNCIL.* Obtido em 12 de Abril de 2018, de European Commission: http://ec.europa.eu/smart-regulation/impact/background/docs/goteborg_concl_en.pdf

Eurostat. (Abril de 2018). *European Commission*. Obtido em 22 de Fevereiro de 2018, de Eurostat - Statistics Explained: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU_imports_of_energy_products_-_recent_developments

Fânzeres, J. M. (2014). *Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: A Força da Vontade, a Arte do Possível.* Lisboa: Istituto da Defesa Nacional Cadernos.

Fernandes, S. D. (2014). Rússia e a União Europeia: Dois Gigantes e um Continente. In P. F. Daehnhardt, *A Política Externa Russa no espaço Euro-Atlântico* (pp. 199-222). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Freedman, L. (2014). Ukraine and the art of crisis management. *Survival: Global Politics and Society*, 7-42.

Freire, M. R. (2011). *A Rússia de Putin, Vectores Estruturantes de Política Externa.* Coimbra: Edições Almedina.

Freire, M. R. (2013). A Política Russa para a Ásia-Pacífico. *Nação e Defesa*, 43-58.

Freire, M. R., & Daehnhardt, P. (Dezembro de 2011). As Relações entre a Alemanha e a Rússia - Duas Políticas Externas em Transição. *Relações Internacionais*, pp. 171-196.

Jackson, R., & Sorensen, G. (2006). Social Construtivism. In *Introduction to International Relations.* Oxford University Press.

Jackson, R., & Sorensen, G. (2006). Social Construtivism. In *Introduction to International Relations.* Oxford: Oxford University Press.

Jornal Económico; Lusa. (15 de Abril de 2018). *Síria: Putin avisa que novos ataques ocidentais podem provocar "caos" internacional.* Obtido em 16 de Abril de 2018, de O Jornal Económico: http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/siria-putin-avisa-que-novos-ataques-ocidentais-podem-provocar-caos-internacional-294380

Kaplan, L. S. (1999). Os primeiros 50 anos da OTAN. *Nato Review*, p. 7.

Kelin, A. (2005). *NATO-Russia Cooperation to Counter Terrorism.* Obtido em 19 de Março de 2018, de Nato Review: https://www.nato.int/docu/review/2005/Combating-Terrorism/NATO-Russia-Cooperation-Terrorism/EN/index.htm

Kramer, A. E. (14 de Dezembro de 2008). *New gas pipeline from Central Asia feeds China.* Obtido em 7 de Fevereiro de 2018, de The New York Times: https://www.nytimes.com/2009/12/15/world/asia/15pipeline.html

Kuzio, T., & Moroney, J. (2001). Ukrain and The West: Moving from Stability to Strategic Engagement. *European Security*, 49-62.

Lara, A. (2004). *Ciência Política-Estudo da Ordem e da Subversão.* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas .

Lo, B. (2017). *New Order for Old Triangles? The Russia-China-India Matrix.* Institut Français des Relations Internationales.

Marcus, J. (19 de Outubro de 2016). *BBC*. Obtido em 6 de Janeiro de 2018, de BBC: http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37692439

Market Observatory for Energy . (Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2017). *Quarterly Report on European Gas Markets.* Obtido em 2018 de Fevereiro de 21, de https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/quarterly_report_on_european_gas_markets_q3_2017_final_20171221finalcover.pdf

Mckeil, A. (5 de Agosto de 2013). *International Relations as Historical Political Theory.* Obtido em 16 de Janeiro de 2018, de E-International Relations: http://www.e-ir.info/2013/08/05/international-relations-as-historical-political-theory/

Moreira, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais.* Lisboa: Livraria Almedina.

Moreira, A. (2013). *Memórias do Outono Ocidental-Um século sem Bússola.* Lisboa: Almedina.

Morenkova Perrier, E. (2014). The key Principlesof Russian Strategic Thinking. *Laboratoire de L'irsem nº22*.

Morgado, A. S. (Junho de 2013). *A relação Nato/Rússia e o Tratado START III.* Obtido em 16 de Março de 2018, de Ubibliorum.

Mudric, G. (2014). Política Externa da Federação Russa: Orientação da Política de Segurança e Defesa da Rússia do séc. XXI. *Revista Ciêntifica Academia da Força Aérea*(4), pp. 16-25.

NATO. (17 de Setembro de 2013). Statement by the Chairman of the NATO-Russia Council on US-Russia framework for the elimination of Syrian chemical weapons. *NATO-Russia Council*.

Padrtová, B. (2012). Nato-Russia Relations. In R. Ondrejcsák, & B. Gorka-Winter, *Nato's Future Partnerships* (pp. 24-34). Bratislava-Warszawa: Centre for European and North Atlantic Affairs.

Paillard, C.-A. (15 de Abril de 2010). *Journal of International Affairs*. Obtido em 2018 de Fevereiro de 22, de Columbia University in the City of New York: https://jia.sipa.columbia.edu/russia-and-europes-mutual-energy-dependence

Pautasso, D., & Rocha, D. d. (Abril de 2017). *O Conflito na Síria e o Retorno da Rússia ao Oriente Médio*. Obtido em 19 de Março de 2018, de Boletim de Conjuntura - NERINT: https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/05/Pautasso-Rocha-Russia-na-Siria.pdf

Perkovich, G., & Levit, A. (10 de Setembro de 2013). *Obam's Opportunity in Syria*. Obtido em 18 de Março de 2018, de Político: https://www.politico.com/story/2013/09/opinion-obamas-opportunity-in-syria-096572

Perkovich, G., & Levit, A. (10 de Setembro de 2013). Obam's Opportunity in Syria. *Politico*.

Pokemtina, O. (2015). *The EU-Russia Cooperation in Fighting Terrorism.* Institute of Europe. Russian Academy of Sciences.

Poussenkova, N. (2009). Russia's Future Customers: Asia and Beyond. In J. Perovic, R. Ortteng, & A. Wenger, *Russia Energy Power and Foreign Relations.* Routledge: Center For Security Studies.

Prazeres, J. P. (24 de Setembro de 2013). *Síria - um conflito interno ou mais um desafio para a comunidade internacional?* Obtido em 17 de Março de 2018, de Jornal de Defesa e Relações Internacionais: http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/siria/JDRI%20072%20240913%20siria.pdf

Prazeres, J. P. (9 de Fevereiro de 2015). *União Europeia: Conflito Rússia-Ucrânia. Um passo para a solução ou um desastre anunciado*. Obtido em 19 de Março de 2018, de Jornal de Defesa e Relações Internacionais: http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/russia/JDRI%20126%20090215%20ucrania.pdf

Quivy, R. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva.

Rahr, A. (2007). Germany and Russia: a special relationship. *The Washington Quarterly, 30*(2), pp. 137-145.

Rapier, R. (3 de Setembro de 2010). *Leaked German Military Study Warns of Peak Oil Crisis.* Obtido em 2 de Março de 2018, de OilPrice: https://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Leaked-German-Military-Study-Warns-Of-Peak-Oil-Crisis.html

Rasmussen, A. F. (21 de Agosto de 2013). Nato Secretary General Statement on North Atlantic Council Meeting on Syria.

Rasmussen, A. F. (14 de Setembro de 2013). Statment by The Nato Secretary General on the Framework for Elimination of Syria Chemical Weapons.

Rodrigues, A. R. (Fevereiro de 2007). *As novas Ameaças: a Proliferação de Armas de Destruição Maciça.* Obtido em 13 de Março de 2018, de Negócios Estrangeiros nº10: http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000038001-000039000/000038287.pdf

Rodrigues, A. R. (15 de Maio de 2016). *A Defesa Antimíssil da Europa. Uma Ameaça emergente para a Rússia?* Obtido em 10 de Março de 2018, de Jornal de Defesa e Relações Internacionais: http://database.jornaldefesa.pt/escudo_de_protecao_antimissil/JDRI%20187%20150516%20defesa%20antimissil.pdf

Russia Federation. (30 de Novembro de 2016). *Foreign Policy Concept of the Russian Federation* . Obtido em 24 de Fevereiro de 2018, de The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation : http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/2542248

Russia Mission - Permanent Mission of the Russian Federation to the European Union. (s.d.). *Energy cooperation and security*. Obtido em 21 de Fevereiro de 2018, de Permanent Mission of the Russian Federation to the European Union: https://russiaeu.ru/en/energy-cooperation-and-security

Sampieri, R. (2013). *Metodologia de Pesquisa.* Penso Editora.

Santos, E. S. (Agosto/Setembro de 2015). *Globalização.* Obtido em 6 de Janeiro de 2018, de Revista Militar: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1039

Simão, L. (Março de 2014). *A Rússia e a Ásia Central: Globalização e Competição Hegemónica.* Obtido em 22 de Março de 2018, de Coimbra University Press: http://hdl.handle.net/10316.2/31906

Smith, J. (2008). The NATO- Russia Relationship. *Institut Français des Relations Internationales. Center for Strategic and International Studies*, 1.

Strategic Comments. (2014). Russia's Motives in Ukrain. *Strategic Comments*, 8-9.

Stratfor. (12 de Setembro de 2013). *Analytic Guidance: The Syria Crisis.* Obtido em 21 de Março de 2018, de https://worldview.stratfor.com/article/analytic-guidance-syria-crisis?utm_source=freelist-f&utm_medium=email&utm_campaign=20130912&utm_term=FreeReport&utm_content=readmore&elq

Trenin, D. (2001). *The end of Eurasia: Russia on the border between Geopolitcs and Globalization.* Moscovo: Carnegie Moscow Center.

Van Rompuy, H. (15 de Dezembro de 2011). *Remarks of Herman Van Rompuy, President of the European Council, following the 28th EU-Russia Summit.* Obtido em 14 de Abril de 2018, de Consilium: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/126952.pdf

Wallander, C. A. (1999). *Mortal Friends, Best Enimies: German-Russian Cooperation after the Cold War.* Nova York: Cornell University.

World Energy Council. (2013). *World Energy Resources*. Obtido em 2018 de Fevereiro de 21, de https://www.worldenergy.org/wp-content/uploads/2013/09/Complete_WER_2013_Survey.pdf

Zubarevich, N. (2015). Geopolitical Priorities in Russia's Regional Policies. *Russian Politics & Law*, 44-62.